

011ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 10DEZ2014

Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Boa noite, senhoras senhores, estamos dando início a esta Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/14, que institui a Zona Rural no Município de Porto Alegre e cria o sistema de gestão da política de desenvolvimento rural. Esses são dois projetos juntos, um complementa o outro. Queremos convidar para compor a Mesa o Sr. Humberto Goulart, Secretário Municipal de Produção, Indústria e Comércio, Vereador desta Casa, hoje no exercício da Secretaria; quero convidar o Sr. Cristiano Tatsch, Secretário Municipal de Urbanismo, neste ato representando, inclusive, o Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, José Fortunati. Quero registrar a presença dos Vereadores Reginaldo Pujol, Cassio Trogildo, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Roni da Casa da Sopa, Sofia Cavedon, Valter Nagelstein e Marcelo Sgarbossa.

Na medida em que forem chegando, ajudem-me para registrar todos os demais Vereadores. Neste momento quero abrir as inscrições para que dez pessoas possam fazer seu registro e pronunciamento. Quero combinar com os senhores e com as senhoras a metodologia da reunião. Vamos dar, primeiramente, a palavra ao Executivo, para os pronunciamentos e esclarecimentos do projeto, depois disso teremos dez inscrições comunitárias com o tempo de cinco minutos cada, intercalando com a intervenção de Vereadores e Vereadoras, com o tempo também de cinco minutos. E, no final, os Secretários terão um tempo de dez minutos para as suas considerações finais. Calculamos que por volta de 21h30min, no máximo 21h45min, estaremos encerrando esta atividade.

Queremos agradecer a presença dos senhores e das senhoras e tenho certeza de que isso contribui, e muito, para o esclarecimento dos senhores Vereadores e da comunidade. Espero que possamos, ao cabo desta Audiência Pública, ter condições de, futuramente, votar um projeto mais elaborado e mais concreto.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Humberto Goulart, Secretário Municipal.

(Manifestação fora do microfone do Ver. Reginaldo Pujol.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Não estão previstos apartes nessa metodologia. O Ver. Pujol está justificando que não vai poder ficar. Inclusive esta Presidência também não vai poder ficar todo o tempo, porque eu estou sendo agraciado, agora, com um prêmio no Grêmio Náutico União e quem vai dirigir a segunda parte será o nosso 2º Vice-Presidente, Ver. Delegado Cleiton. Mas está feito o seu registro, Vereador.

(Manifestação fora do microfone do Ver. Reginaldo Pujol.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Ver. Pujol, V. Exa. está fazendo uma intervenção. Cada Vereador tem os seus motivos.

(Manifestação fora do microfone do Ver. Reginaldo Pujol.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Não, não foram consideradas. Eu só gostaria que V. Exa. utilizasse a tribuna. Nós não temos microfone de apartes, não está previsto. Mas eu concedo a tribuna a V. Exa., Vereador.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Eu sei, Vereador, mas por isso é que eu lhe concedo a tribuna! É que não tem microfone de apartes! Eu lhe concedo a tribuna para o senhor justificar.

O SR. HUMBERTO GOULART: Boa noite, meus queridos e minhas queridas. Imaginem vocês a minha emoção, depois de alguns anos no DEMHAB e agora na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, de estar aqui de novo nesta tribuna, podendo falar com a nossa gente. Vamos tratar de um assunto muito palpitante, que é o retorno, na Zona Sul, da Zona Rural. É um assunto palpitante, porque poderíamos pensar que o importante seria o fator econômico dessa região, mas alguns vão dizer que o PIB aumenta muito pouco com o trabalho que é feito na Zona Sul de Porto Alegre. Verdade. Mas aí eu teria que dizer – isso tudo eu imaginando que a Zona desapareça e que, no seu

lugar, comecem a aparecer outras edificações – o seguinte: o que faríamos com os geradores de renda? O que faríamos com os trabalhadores dessa região? Para aonde iriam? Talvez para a periferia do outro lado de Porto Alegre, para os arredores, como os desempregados ficam? Então, é importante a plantaçoão para os empregados e os produtores. Podia imaginar: é habitaçoão. Está todo o mundo clamando por habitaçoão, todo o mundo falando, inclusive, em passeatas por habitaçoão. Eu acho que tem que ter habitaçoão e tem que ter muita habitaçoão popular, tanto acho que, para o PIEC, para o Pisa, para o Minha Casa Minha Vida e para o PAC, a nossa gestão fez mais de 3 mil habitaçoões populares. É importante que se faça, mas nós temos 92% da Cidade onde podem ser feitas as moradias populares, enfim, casas para a nossa gente. Por que precisamos construir casas, deixar como reserva de mercado para, mais adiante, naquela região, que é o pulmão de Porto Alegre? Lá se pode construir, mas em terrenos de 2 mil metros quadrados. Podemos fazer algumas construçoões, mas tudo a ver com a região. Podemos fazer áreas de beneficiamento, construçoões para beneficiar a produçoão primária. Então, lá, nós temos a segunda maior área de maneira natural, que não procuramos conquistar. Isso já vem vindo de séculos, de família para família, área natural que alberga 8% apenas de toda a extensão desta Cidade, para a qual, volto a insistir, sobram 92% para a gente fazer outras atividades, inclusive a construçoão civil.

Fico imaginando as nascentes. E, agora, refletimos muito sobre as nascentes, sobre a água, mesmo tendo um Guaíba enorme, que ainda não está totalmente despoluído. O que aconteceu em São Paulo? Em São Paulo se trabalhou tanto, se botou tanto cimento, se vedou tanto a drenagem da água nas ruas, se fez tanta coisa, que não tem mais água. Quem diria que numa Capital imensa como São Paulo não teria mais água? Então, vejam a importância dos nossos riachos naquela região e das nascentes naquela região. Sem contar que nós temos 25 mil cavalos por lá; nós temos milhares de outros animais. Nós temos a grande produçoão, que em décimo lugar beneficia a Ceasa, neste momento. Nós temos, então, uma maravilha, um verdadeiro santuário numa parte da Cidade, que é a segunda maior zona verde, maior cinturão verde em capital. O primeiro é Palmas, no Tocantins, que foi construída quase no meio da selva, mas a primeira em produçoão, a que mais produz, é a nossa área verde de Porto Alegre.

O que eu teria que dizer para vocês de muito importante? É o meio ambiente. Inclusive, eu precisava me socorrer das grandes correntes que são guardiãs, que não deixam

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

construir na beira do Guaíba, que não deixam trabalhar ali porque vão ferir o meio ambiente e não estão preocupados com o pulmão da cidade de Porto Alegre. Vocês precisam se aproximar de nós nesta luta, precisam convencer os seus Vereadores que ainda não estão convencidos, porque isso vai passar aqui como um projeto de lei para modificar o Plano Diretor abandonando esse monstrego que é a zona rururbana; ela tem que ser rural, por todas essas características que eu falei. E mais, eu acho que é o mais importante: produção é muito importante, os caminhos culturais turísticos são muito importantes; o pequeno PIB que lá vai, mas que engrandece aquelas famílias, é importante, mas o mais importante é o oxigênio que dali é transposto para a selva de pedra. Existe – e estou vendo que não aparece ali – uma foto muito explicativa, que mostra todo o verde, e, logo depois, na metade, aparece acinzentada, aparece toda a selva de pedra de Porto Alegre, que vai ficar entre este mato e o Guaíba. Só uma informação: aquele tipo de vegetação, aquele tipo de paisagem permite que o oxigênio venha do mar para cá, através de uma corrente marítima; vem oxigênio para cá e, daqui, passa pelo meio das flores, dos galhos, das folhas e vai direto para o Centro da Cidade para nos ajudar. Então, é como se estivéssemos a 70 quilômetros do mar. Se a gente vai por Cidreira, por Pinhal, são 120, 117, 123 quilômetros. Daqui reto, direto até esse manancial de águas, essas árvores todas, essa produção toda coordenada, temos 70 quilômetros só de caminho de oxigênio, que vem aqui engrandecer.

Então, eu rogo que, por este estudo pedido pelo meu Prefeito, Fortunati, pelo Vice-Prefeito, Sebastião Melo, e feito pela SMURB, pelo Cristiano Tatsch, com a nossa ajuda, com a SMAM e com todos, seja muito bem considerado. Estamos abrindo este momento para que, se algum equívoco houve – e eu não encontrei grandes equívocos ali –, que a gente possa corrigir aqui, agora. Mas em nome do quê? Em nome do pulmão de Porto Alegre. Não é agora que a construção civil ou que outras instituições ou que outros fenômenos vão acabar com a zona verde, mas é uma reserva de mercado para as outras gerações que vêm aí. Preciso do apoio dos senhores, preciso da compreensão dos Vereadores, meus colegas. Viva a Zona Sul, pulmão de Porto Alegre! (Palmas.)

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Secretário. O Sr. Cristiano Tatsch, Secretário Municipal de Urbanismo, está com a palavra.

O SR. CRISTIANO TATSCH: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sr. Secretário, meu colega, senhores e senhoras, para nós este é um momento importante, porque, desde que eu cheguei na Secretaria de Urbanismo, a perspectiva de nós restabelecermos a Zona Rural em Porto Alegre se colocou como uma questão importante, porque, no Plano de Desenvolvimento Urbano Ambiental que foi estabelecido em 1999, foi contemplada uma área de produção primária, mas se tirou do Plano de Desenvolvimento de Porto Alegre a perspectiva de Zona Rural; ela deixou de constar. Porto Alegre, formalmente, deixou de ter Zona Rural, e as consequências disso foram bastante graves, na medida em que a própria Secretaria de Indústria e Comércio, a Secretaria do Meio Ambiente e o sistema financeiro brasileiro apenas financiam obras e atividades ligadas ao setor primário, ligadas à produção agropastoril, se na cidade estiver contemplada a Zona Rural, e isso Porto Alegre não contemplava mais. Então, se fazia necessário, para que a produção primária pudesse ser estimulada na Cidade, a existência de uma Zona Rural. Em 1999, a intenção daqueles que fizeram o PDDUA – Plano de Desenvolvimento Urbano Ambiental da Cidade – foi a melhor possível, retirando a expressão “Zona Rural” e criando esta outra denominação “área de produção primária”, mas isso esbarrou na realidade dos fatos. Então, na verdade, o que estamos fazendo hoje é propondo uma lei, restabelecendo a Zona Rural em Porto Alegre. Nós não tivemos condições de fazer um grande estudo como em 1999 se fez para estabelecer esta área de produção primária. No entanto, a Zona Rural, por si só, já contempla todas as atividades que forem estabelecidas em Porto Alegre ligadas ao setor primário, ligadas então à atividade agropastoril; elas já ficam contempladas através do restabelecimento da Zona Rural na Cidade. Pois bem, nós fizemos um estudo grande na nossa Secretaria, contemplando, chamando todas as demais Secretarias envolvidas na área. Nós chamamos a Macrorregião 8, que representa a população daquela região, nós chamamos o Sindicato de Produção Rural de Porto Alegre, através do Dr. Cléber, que se juntou à Dona Rosa, que é a representante da Região de Planejamento nº 8, e nós conseguimos estabelecer o que seria, a nosso ver, em grandes linhas, a Zona Rural de Porto Alegre. Mais uma vez, o Secretário Goulart já colocou para vocês todos que nós estamos apenas estabelecendo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

que 8% do Município de Porto Alegre é Zona Rural de novo. Isso não quer dizer que, no futuro, nós não possamos ampliar essa Zona Rural, isso não quer dizer, mais uma vez – o que é muito importante – que as atividades desenvolvidas fora desses 8%, hoje contemplados como Zona Rural, não possam ser rotuladas como tal, e, para isso, receberem autorização da SMIC para ter a sua atividade regulamentada pelo Município e reconhecida; isso não quer dizer que eles não possam ser reconhecidos e também terem o seu registro na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, e, principalmente, que também não possam se registrar e obter financiamento. Volto a dizer que, dentro do sistema financeiro brasileiro, nenhuma atividade contemplada como setor primário pode receber apoio creditício, apoio de crédito, apoio de recursos se a cidade não contemplar a existência de uma zona rural. Então, nós vamos ter aqui, e eu pedi para a nossa técnica, a Dra. Andrea Oberrather, que foi a responsável, vamos dizer assim, pela coordenação técnica das mais de 20 reuniões que nós tivemos sobre esse assunto, ouvindo, mais uma vez, vários técnicos do Município, ouvindo a comunidade, ouvindo o Sindicato Rural, ouvindo de novo as Secretarias que tinham assuntos afins nessa questão, para estabelecer, para propor esse projeto de restabelecimento da volta da Zona Rural em Porto Alegre. Mais uma vez, estamos dando o primeiro passo. O ótimo é inimigo do bom. Se nós quisermos estabelecer um montante, um percentual muito maior do que esse, nós não teremos condições técnicas de fazer isso hoje, mas nós podemos começar esse trabalho a ser desenvolvido hoje. O importante para Porto Alegre, o importante para o desenvolvimento das atividades agrícolas é que tenha uma zona de produção rural reconhecida dentro da lei, do Plano de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da Cidade, como zona de produção rural. Então, eu vou pedir para a Dra. Andrea que faça a sua apresentação, que, na verdade, o Prefeito Fortunati nos encomendou. O Prefeito tem sido o maior idealizador e o maior fomentador, vamos dizer assim, dessa zona rural. Nós demoramos, na verdade, mais de um ano e meio para conseguirmos chegar a esse denominador, e, mais uma vez, com muita insistência do Prefeito Fortunati. Então, vou pedir que a Dra. Andrea faça a apresentação do projeto que foi construído, na verdade, por várias mãos, coordenado tanto pela minha Secretaria quanto pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, na figura do meu amigo Dr. Goulart. Por favor, Andrea, fique à vontade para fazer as considerações sobre a nossa Zona Rural.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. ANDREA OBERRATHER: Boa noite a todos. Sou arquiteta da Secretaria de Urbanismo e coube a mim, hoje, apresentar a proposta que está em discussão hoje aqui nesta Casa, num trabalho elaborado sob a coordenação do nosso Secretário Cristiano Tatsch. Considerando o tempo e o objetivo da audiência, de colher manifestações e opiniões da sociedade, vou fazer uma rápida explanação de como chegamos a este projeto que está aqui hoje. Esta apresentação está dividida em três temas, um contexto, a questão dos planos diretores, como se relaciona com isso e o projeto de lei como resultado dessa conexão. A Prefeitura, de uma forma geral, através da SMIC, através de outras secretarias, da própria Secretaria de Urbanismo, temos um conhecimento bem considerável a respeito do território da Cidade. Para a questão da zona rural, nós fizemos uma atualização em termos de levantamento do que é produzido em Porto Alegre. Então, nós nos surpreendemos com algumas quantidades que vamos, aqui, rapidamente, apresentar a vocês em relação a diversas formas de produção primária que ocorrem dentro do Município. Por exemplo, com relação à agricultura, eu não vou ler os valores, estão ali escritos, os dados foram fornecidos pela SMIC, pelo Sindicato Rural, enfim, que têm as suas fontes fidedignas. Mas, verificamos que existe uma produção agrícola considerável na questão das hortaliças, orgânicos, até mesmo com relação à floricultura, que é um viés bastante forte dessa atividade. Com relação à questão das frutas, sabemos que Porto Alegre tem uma tradição conhecida no sentido da produção de frutas. Inclusive há a questão da uva, da qual já é produzido também um subproduto, que é o vinho, produzido aqui em Porto Alegre também. Com relação à pecuária, é surpreendente o número de rebanhos. O Secretário da SMIC já fez uma referência, nós temos vários rebanhos numa quantidade considerável aqui no Município. Dessa produção toda, existe uma segunda estrutura de divulgação e de comercialização. Então, por exemplo, em relação às feiras, nós identificamos uma quantidade razoável de feiras que comercializam, na sua grande maioria, produtos do Município; feiras modelo são quase 40. Há feiras ecológicas também, que é um tipo de produção que o Município incentiva e que tem muito futuro. Mercadões são locais – são momentos que o Município fomenta – que permitem que o produtor consiga comercializar o seu produto. Um aspecto interessante também é um calendário rural numa Capital brasileira. Então, temos aqui várias festividades que

fazem parte do Calendário Oficial do Município, festividades voltadas estritamente à divulgação e à promoção da produção primária. São eventos relacionados com alimentos, com frutas, com assuntos relacionados com a produção. Quanto ao turismo rural, temos um programa bem conhecido aqui no Município, Caminhos Rurais, que, através de várias formas de turismo, fomenta essa atividade. Um detalhe interessante do turismo rural é que para se vincular esse programa, o pressuposto é que a propriedade seja de produção primária. Não é uma propriedade de turismo, mas uma propriedade que tenha algum tipo de atividade primária e que a sua produção agregue valor através desse programa. Em 2010, na Secretaria de Planejamento, nós desenvolvemos um trabalho que resultou num documento chamado Bases do Plano Estratégico da Zona Sul. Naquele momento, nós conseguimos, junto à Emater, junto à SMIC, junto a várias entidades, um banco de dados dos produtores de Porto Alegre. Então, esse mapa representa a espacialização, onde esses produtores se encontram no Município. Cada ponto desses no mapa associa o endereço de um produtor que vende na Ceasa ou está cadastrado junto à Emater. E a gente percebe, é um número considerável, que a concentração desses produtores realmente acontece no Extremo-Sul da Cidade. E, quanto ao Extremo-Sul, nesse trabalho, a gente fez uma rápida caracterização desse território. O Extremo-Sul da Cidade, além da produção primária que está concentrada ali, temos também as Áreas de Preservação Permanente, bens naturais que são extremamente importantes e que precisam ser conservados. É um território que tem baixa densidade, a densidade está concentrada em alguns núcleos habitacionais, ela não está dispersa em todo o território, mas ela é concentrada em alguns núcleos. E também toda estrutura é feita por alguns eixos importantes viários, que fazem a conexão desse território. Então, como contexto geral, nós identificamos todo esse potencial, toda essa produção existente no território. O segundo momento, então, foi avaliar, já com a definição de como proceder a volta da zona rural, como essa questão está no Plano Diretor. Nós temos um Plano Diretor que vale desde 1999. No Plano anterior a 1999, o Município estava dividido em duas grandes zonas: Urbana e Rural. Tínhamos a Zona Rural legal na Cidade. No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, de 1999, houve um entendimento de que tudo é cidade, tudo é urbano, o Município tem gestão sobre todo o território. Aí, neste Plano, também houve a divisão da Cidade em duas áreas de ocupação: uma chamada de área de ocupação intensiva, que é a cidade mais consolidada, como a gente conhece, a zona

central, as zonas mais ligadas aos lotes, às moradias, e uma grande área de ocupação chamada de rarefeita, que é uma área de baixa densidade, com características diferenciadas em termos de atividades, com áreas naturais, uma concentração grande de áreas naturais, e áreas de produção primária, que também estão nessa área de ocupação rarefeita. Isso fica bem representado ali nas diferentes zonas de uso que foram associadas a essa área de ocupação rarefeita. Uma dessas zonas de uso está destacada embaixo, se chama área de produção primária. Ela foi inserida no Plano em 1999 a partir de um estudo feito antes do Plano que se chama Diagnóstico Rural de Porto Alegre, que fez o levantamento e mapeou os produtores rurais daquele momento. Em cima desse mapeamento foi proposta uma zona de uso com essa característica, de área de produção primária.

Aqui é uma representação em massa que sempre é interessante comparar. No mapa da esquerda a gente tem o Plano anterior a 1979. Aquela mancha verde representa a área rural. A gente vê que ela vem desde a Lomba do Pinheiro, pega o Morro São Pedro, o Morro da Extrema, o Morro São Caetano. Aquela área rosa nesse mapa já era área urbana, porém uma área de baixa densidade também, chamada de área sensiva, mas já era área urbana. Já no mapa da direita a gente tem o Plano Diretor que está em vigor ainda, que é o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Aquela zona amarela é a zona intensiva, zona realmente destinada à consolidação da Cidade, e aquela mancha em verde é a área rarefeita, área de baixa densidade, com restrição ao uso, que só admite um uso mais intensivo mediante a alteração da Lei do próprio Plano Diretor.

A gente trouxe um detalhe dessa ocupação rarefeita com as suas diferentes zonas de uso para exemplificar. Então a gente vê aquele verde claro, uma área de proteção do ambiente natural, outras zonas de uso, e uma zona especial na barra sul do Município, que é a área de produção primária, então equivale a essa área que foi identificada em 99 como a área que concentrava o maior número de produtores. Se a gente lembrar daquele mapa anterior, das bolinhas verdes, a gente vê que realmente os produtores, muitos, estão concentrados nesse setor aí.

Além de definir uma mancha no mapa o Plano Diretor estabeleceu uma estratégia para fazer com que essa área de produção primária tivesse uma efetividade um pouco maior. Essa estratégia, o Plano tem sete estratégias, a gente está destacando uma aqui, chama-

se Estratégia de Promoção Econômica, que é não só dizer onde vai acontecer a produção primária, mas também dizer um pouco como ela vai acontecer. Essa estratégia trata de vários aspectos da economia do Município, mas a questão da atividade rural está contemplada nessa estratégia através da indicação de uma série de programas e projetos que deveriam ter sido implementados para fomentar essa atividade. A gente está trazendo isso para demonstrar que, embora o Plano tenha realmente eliminado a Zona Rural legal, ele não eliminou a atividade primária do Plano Diretor; ele manteve uma zona de uso com essa atividade e ele apresentou uma estratégia, uma proposta de o que fazer para essa zona de uso ter efetividade.

Esse documento a que me referi, Bases do Plano Estratégico da Zona Sul, foi feito em 2010 na então Secretaria de Planejamento, num grupo com várias secretarias; ele fez um estudo bem abrangente desse território e contemplou um conjunto de diretrizes, de indicações bastante claras para se formular um plano de promoção econômica que contemplasse todo esse setor sul do território, inclusive as atividades de produção primária.

Isso era o que estava no Plano em 1999. Em 2010 houve um movimento, um processo de revisão do Plano. O Plano sofreu uma série de alterações, mas, especificamente, nessa revisão de 2010, esses conteúdos em relação à zona de uso da área de produção primária e a estratégia econômica prevista para que ela se viabilizasse não foram modificadas. O entendimento é que em 2010 esse conceito foi ratificado, foi reafirmado como uma estratégia dentro do modelo espacial da Cidade. Mas houve a inclusão de um disposto no artigo 141, que trata da necessidade de rever esse assunto através de um grupo que estudasse esse tema e definisse, se fosse o caso, o retorno da Zona Rural: onde, como e de que forma.

Em 2012 foi realmente instituído um grupo de trabalho sob a coordenação do Gabinete do Prefeito com vários setores da Prefeitura e setores da sociedade para estudar esse tema, bem como está disposto ali no artigo: avaliar o que era viável fazer em relação a isso. Esse grupo, no final do ano, em função de algumas situações, foi suspenso, e já em 2013, por parte do nosso Secretário, houve a demanda de estabelecer um território para dar corpo a uma decisão tomada pelo Prefeito de que, sim, encaminharíamos um projeto de lei com o retorno da Zona Rural.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

Dentro do contexto de trabalho disponível neste momento, foi a proposta que conseguimos produzir dentro deste contexto, que foi justamente utilizar aquela zona de uso já definida como área de produção primária, que já estava concebida dentro do modelo espacial da Cidade, que foi ratificada, em 2010, com a reavaliação do Plano, como sendo primeira possibilidade de Zona Rural. Este zoneamento corresponde ao que hoje no Plano Diretor é área de produção primária.

Em termos de área, para se ter uma ideia, já foi dito aqui, isso corresponde a 8,28% da área total do Município, sendo que a área de ocupação rarefeita, a área de baixa densidade da Cidade corresponde praticamente a 48% do Município.

Então a que conclusão que se chega? Que a Zona Rural retornando ela tem a possibilidade de potencializar uma política de fomento à produção primária de uma forma mais articulada do que vem acontecendo somente com a estratégia do Plano.

Aqui a gente trouxe uma referência rápida de um comentário de um vereador de São Paulo, porque essa mesma discussão sobre o retorno da Zona Rural ocorreu em São Paulo também e resultou num retorno de 25% da área do Município para a área rural com objetivos bem claros de desenvolver a economia nesse setor também.

Para concluir: a questão do projeto de lei. Ele está estruturado, mas acho que todo mundo já tem acesso, vou pular esta parte. Ele dispõe, dá conceito, caracteriza o que é Zona Rural, diz quais as subunidades do Plano Diretor que estão sendo definidas para isso, fala do sistema de gestão da política rural, fala sobre o parcelamento, sobre a questão da economia, da promoção econômica, reforça o que está na estratégia do Plano, então, mais ou menos esta é a estrutura do projeto de lei.

Aqui, novamente, o mapa, para a gente lembrar, inclusive aqui um cruzamento importante com uma outra questão que está afeta ao Plano Diretor, que são as Áreas Especiais de Interesse Social, que muitas se localizaram no território por força de Lei Complementar que alterou o Plano e introduziu essas áreas especiais no território e a gente fez aqui um cruzamento para observar como isso funciona no Plano hoje.

Enfim, concluindo: o que vemos como potencialidade com relação a esse projeto de lei? As questões de licenciamento e regularização da criação de animais, que hoje enfrentam problemas, que com uma Zona Rural legal ficariam facilitadas, a questão das linhas de crédito, o Secretário já se referiu, existem várias linhas de financiamento e crédito rural que os produtores de Porto Alegre não acessam por não haver uma Zona Rural no

Município. A questão de fortalecer, a partir da Zona Rural, uma política pública de fomento à atividade primária; as agroindústrias familiares também teriam possibilidade de implantação com relativa melhoria; o potencial turístico, desenvolvendo atividade e já tendo um início de turismo rural, isso realmente pode oportunizar um desenvolvimento dessa atividade também; atividades compatíveis, complementares à atividade rural que também seriam viáveis; e um aspecto bastante importante, no nosso entendimento, é a manutenção da matriz da paisagem, mantendo, fomentando uma atividade que colabora para que o território se mantenha com baixa densidade e de uma forma geral mantenha as características que evidentemente todos nós apreciamos nesse local.

É isso. Deixo aqui o contato da Secretaria. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Andrea. Com a palavra o Secretário Cristiano Tatsch.

O SR. CRISTIANO TATSCH: Muito obrigado, Andrea, muito boa apresentação. Aliás, de resto, sempre assim, não é, Andrea? De qualquer maneira, o que se pode ver por este projeto é que não estamos tentando preservar apenas a produção primária, nós estamos querendo incentivar a produção primária. A gente se deu conta de que em outros momentos da história de Porto Alegre já tivemos até uma produção primária maior – não é, Cleber? –, mas a nossa perspectiva é que assim como as grandes capitais do mundo, as grandes cidades do mundo estão querendo criar condições, voltar a criar condições para que a produção da área primária da sua circunvizinhança seja aumentada, é essa a nossa intenção primeira. Como disse a Dra. Andréa também, a perspectiva é de com isso, na medida em que a gente der substância econômica, vamos conseguir manter essa zona da maneira como queremos, mais rarefeita, preservando a sua cultura, preservando a sua estrutura, como temos hoje. Não tenho dúvida, como economista, que vamos conseguir manter isso na medida em que dermos viabilidade econômica para que esta área, assim como está, tenha produtividade e consiga se manter de outra maneira. Não tenho dúvidas de que a edificação intensa vai tender, também, a exercer o seu papel. Então nós queremos é garantir, pela atividade primária, que essa zona se mantenha rentável. E por fim, Ver. Cleiton, nosso Presidente, por esse mapa que está projetado, fica bem claro que não existe conflito entre as áreas de edificação intensa. Entre a Zona Rural que está

demarcada em amarelo e as zonas de edificação intensa que já foram aprovadas por esta Casa no ano passado, no ano retrasado, em 2012, em 2011, não existe conflito, nós não estamos entrando em zonas que já foram caracterizadas como zonas de construção ou zonas de aproveitamento intenso, estamos é guardando as demais zonas. É isso, Ver. Cleiton. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Secretário. Agora abriremos para dez manifestações, cinco minutos cada. O Sr. Fernando Campos Costa, do Núcleo Amigos da Terra Brasil – NAT/Brasil, está com a palavra.

O SR. FERNANDO CAMPOS COSTA: Boa noite a todos e a todas. Primeiro, quero cumprimentar todos os que vieram aqui hoje, mas principalmente o Movimento em Defesa da Zona Rural, que é o movimento que fez pressão para que isso acontecesse, e em nenhum momento a gente escuta da sua a importância e relevância, pois desde a alteração do Plano Diretor este movimento vem se mobilizando e organizando na região para realmente resgatar essa caracterização da região. A gente está junto com a região, favorável ao gravame desta área como Zona Rural, preocupados com as AEIS 3 que estão colocadas ali, que são áreas que não têm moradia ainda, mas que se quer colocar, então é uma atribuição distinta do objetivo de criação das AEIS, criadas para áreas intensivas. Queremos a regularização fundiária das comunidades que já estão na região, para que possam ter saneamento, iluminação e todos os direitos fundamentais que têm essas famílias. Esse trabalho vem sendo feito, o grupo de trabalho, quem se lembra, foi extinto pelo Prefeito, tinha uma participação da sociedade, uma pressão da sociedade, depois foi reduzido este grupo para algumas participações, e a gente vê isso se repetindo em vários espaços da Prefeitura, realmente é como a participação é dada, como a gente consegue essa participação. Um exemplo também é o Conselho do Plano Diretor, que toda semana picota o Plano Diretor, a nossa lei, e é por isso que a gente continua. A criação da Zona Rural não nos evita que toda semana possa ter um projeto especial passando no Conselho do Plano Diretor e alterando essa realidade que a gente está construindo aqui. Tem um tema muito importante que a gente levanta, que também não está sendo trazido, que são os corredores ecológicos: não adianta a gente ter ilhas de preservação, são importantes os corredores ecológicos, tem um trabalho sendo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

desenvolvido nisso aí. Acho importante essa marcação, mas ela não tem uma grande relevância quando a gente fala num processo (Ininteligível.) para a Cidade como um todo, ela poderia ter mais relevância se a gente trabalhasse o tema da agroecologia como fundamental, um território livre de agrotóxicos, o que também é muito importante também, próximo da Cidade não ter agrotóxico. (Palmas.) Acho que também é fundamental a gente poder garantir esse “Zona Sul é tudo de bom”. Para quem? Para quem é que está tudo de bom na Zona Sul? Tem gente que não vê isso. Acho que é importante a gente ter essa distinção, porque muitas vezes essa área está sendo reservada para quem tem dinheiro, e quem não tem dinheiro lá ou está sendo jogado para uma área que não tem infraestrutura... Quero convidar a todos para assistir o filme que a gente produziu, junto com o Instituto da Consciência, junto com o coletivo Catarse, que é o filme “Cinturão Verde, um território em disputa”, que traz uma realidade. A gente espera que a gente consiga, desta audiência pública até a votação, fortalecer esse movimento, para a gente seguir vendo como a gente vai proteger, porque só a lei não protege, o que vai proteger é a mobilização e organização da região. Então convoco a todos e todas para que a gente continue essa articulação, que é importante que a sociedade civil organizada esteja presente, é isso que vai garantir que nenhuma construtora vá para lá, porque estamos chegando na eleição municipal, não é à toa que estamos aqui, há interesses em jogo, a cidade sustentável é um selo que todas as cidades querem, então não é à toa que a nossa Cidade também está construindo isso. Algumas preocupações que a gente tem sobre o tema da economia verde, que é a venda do ar, a financeirização da natureza, e como a natureza vai ser vista como mercadoria... Alguns dos problemas que a gente tem aí não têm solução: Quem está em área de proteção permanente, quem está em APAN, como isso vai acontecer? A solução que eles têm é a financeirização da natureza com os créditos de carbono, ou seja, o ar sendo vendido, quem polui e quem preserva, e aí tu, que está preservando com agroecologia, trabalhando numa proposta coerente, vai compensar quem está poluindo e pouco se lixando para a questão ambiental.

Todo o mundo tem sentido o calor da Cidade, acho que a gente está vivendo uma Porto Alegre bem quente – um “forno alegre”! – e acho que é importante, pois não só a Zona Sul está em disputa, toda a franja da orla do Guaíba está em disputa, a gente está vendo projetos por toda a orla acontecendo, gente sendo removida. Desejamos que a Cidade seja menos injusta, que essas melhorias não venham só remover os pobres de alguns

lugares, mas que também tenha o cuidado com o meio ambiente, tanto para o pobre quanto para o rico, que a área de risco seja para o pobre e para o rico, e que a gente consiga ter uma Cidade mais justa com menos preconceito. E que a gente tenha realmente uma cidade como Porto Alegre merece ser, uma Cidade alegre e em resistência. Obrigado. Boa noite. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra.

O SR. DR. THIAGO: Ilustre Presidente, Ver. Delegado Cleiton; Secretário Goulart; Secretário Cristiano; agentes sociais que se encontram aqui presentes, comunidade principalmente da região Sul e Extremo-Sul de Porto Alegre, eu acho que, quando se apresenta um trabalho como esse, de um projeto de lei de uma Zona Rural que foi extinta há 15 anos, é importante fazer uma saudação a um Vereador que deve estar nos ouvindo, certamente, Ver. Bernardino, e se não nos ouve agora, vai nos ouvir futuramente, que é um dos Vereadores que foi protagonista neste processo de colocar esse artigo nº 141 remontando para no futuro poder retomar a discussão da Zona Rural de Porto Alegre, o Ver. João Antonio Dib. (Palmas.) Eu quero dizer que num mundo sustentável em que o desenvolvimento sustentável é fundamental – e aí é importante buscar esse conceito de sustentabilidade, que nada mais é do que suprir a geração atual colocando o ser humano e os recursos naturais no mesmo patamar sem comprometer a capacidade de gerações futuras –, é objetivo não esgotar os recursos naturais e poder harmonizar o desenvolvimento econômico com a conservação do meio ambiente. Esses conceitos foram emitidos há muitos anos, a partir das Nações Unidas. E nós, sem dúvida nenhuma, para tudo isso precisamos de muito planejamento, de muita discussão e, como disse o ator social, o rapaz que me antecedeu aqui, precisamos de muito diálogo.

Eu quero apontar a minha posição pessoal; eu sou francamente favorável ao retorno da área rural. Eu quero deixar isso cada vez mais sublinhado. Tenho grande preocupação com a AEIS 3, não só nessa região da Cidade, mas como outras regiões. Acho que a Cidade precisa ser pensada e planejada de forma global, e não de forma casuística em um caso separado e isolado em relação ao outro. E só dessa forma nós vamos poder construir uma Cidade melhor.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

Foram faladas aqui as questões vinculadas à agricultura e à pecuária, fundamentais na nossa Cidade, que é uma Cidade produtora. Foi dito aqui: 4,5 mil hectares com frutos – pêssago, mamão –; temos as feiras dos produtores rurais. As nossas feiras – vi há pouco aqui a Dema – de produtos ecológicos, orgânicos se multiplicam pela Cidade. Nós tivemos, no ano passado, a oportunidade, através inclusive da intercessão do Ver. Marcelo Sgarbossa, de poder iniciar um processo aqui no pátio da Casa de produtos orgânicos, que certamente vai avançar. São mais de 1,2 mil produtores, são quase 800 propriedades rurais e, sem dúvida nenhuma, isso faz muito bem à Cidade, isso é muito importante para aquela região da Cidade.

Para finalizar, eu queria sublinhar a questão da Saúde. Eu trabalho como médico há 14 anos na Região Extremo-Sul da Cidade. E não é só a região Extremo-Sul da Cidade, Ver. Dr. Goulart – que também é médico –, meu professor, que precisa da zona rural, mas toda a cidade de Porto Alegre. Não esqueçam – foi dito aqui inclusive – do efeito estufa, não esqueçam das doenças respiratórias, não esqueçam do estresse do dia a dia, não esqueçam das doenças mentais. Não esqueçam! Lembrem disso! E por isso lembrem que é fundamental Porto Alegre voltar a ter zona rural. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Ver. Dr. Thiago. A Sra. Rosane Fátima de Marco, da Rede Agroecológica Metropolitana – Rama, está com a palavra.

A SRA. ROSANE FÁTIMA DE MARCO: Boa noite a todos. Eu acho que vou “chover um pouco no molhado” porque todos que me antecederam aqui estão com o discurso bastante afinado em relação à manutenção da nossa zona rural. Eu sou produtora agroecológica do Extremo-Sul de Porto Alegre, sou conselheira do Plano Diretor da RP 8, que compreende 43% do território da Cidade, quase metade da Cidade. E a gente está aqui hoje para reivindicar a reinstituição da zona rural em 8,28% desse território. Há uma máxima do Abraham Lincoln que diz que “se você falhar em planejar estará planejando falhar”. Então, para que a gente evite falhar em planejar, eu vou ler algumas razões para reinstituir a nossa Zona Rural. (Lê): “Uma cidade sem zona rural, sem produção de alimentos, sem preservação de sua diversidade e de seus mananciais hídricas não é uma cidade sustentável, não é uma cidade resiliente. O produtor rural é um preservacionista por definição, pois depende da natureza para produzir.”

A Fundação Zoobotânica mapeou mais de 120 nascentes no Morro São Pedro, que está localizado na região Extremo-Sul de Porto Alegre. Porto Alegre tem uma das maiores e melhores feiras orgânicas do mundo em termos de quantidade e qualidade dos alimentos, que é a Feira da José Bonifácio. E uma parcela significativa dos feirantes são produtores agroecológicos da região Extremo-Sul de Porto Alegre.

O Prefeito Fortunati assinou com a Fundação Rockefeller o desafio das Cem Cidades Resilientes, onde Porto Alegre foi escolhida para fazer parte desse seleto grupo de cidades. E acreditamos que zona rural é igual a resiliência, pois fortalece a segurança alimentar e minimiza a incidência de catástrofes.

São Paulo, como bem disse a Andrea, incluiu no seu Plano Diretor 25% do seu território como zona rural. O turismo rural está consolidado na Capital gaúcha, com os destinos turísticos todos concentrados no Extremo-Sul de Porto Alegre.

O Rio Gravataí está agonizando em razão do excesso de poluentes industriais e dejetos despejados nele, principalmente nos 1,7 mil metros antes de desaguar no Guaíba. A falta de água em São Paulo obrigou os seus cidadãos a uma mudança dramática de hábitos. E a razão dessa situação de caos que São Paulo está vivendo é a falta de planejamento para preservação dos mananciais e nascentes. A nossa água está contaminada por agroquímicos, cujos danos à saúde são conhecidos de longa data. Porém, nossas autoridades continuam a permitir o uso desses venenos, matando silenciosa e vagarosamente seus cidadãos. A poluição do ar e a poluição visual são extremamente nocivas à saúde, com os agravantes dos descontroles emocionais protagonizados por motoristas nos engarrafamentos diários nas principais vias da Cidade.

Nossa região não tem infraestrutura de água e esgoto, não tem infraestrutura de mobilidade urbana, não tem geração de emprego e renda, não tem infraestrutura de saúde e educação suficientes para atender os cidadãos atualmente residentes. Portanto, não pode e não deve receber um contingente populacional maior, sob pena de impermeabilizar de tal forma o solo que a Cidade ficará debaixo d'água a cada chuva mais forte.

De acordo com a Constituição brasileira, com o Estatuto das Cidades, com a Lei Orgânica do Município e com o nosso Plano Diretor, é necessário, antes de qualquer iniciativa de colocação de pessoas em regiões de periferia, executar a infraestrutura necessária, pois não há maneira mais perversa de segregação do que enviar os cidadãos para longe dos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

centros urbanos sem lhes proporcionar infraestrutura mínima, o que não é feito há longos anos na nossa região. Por essa razão, rechaçamos a construção de AEIS 3, que se caracteriza pela construção de habitações em imóveis não-edificados, subutilizados, e localizados na Área de Ocupação Intensiva. Os gravames em Área de Ocupação Rarefeita, como é o caso das AEIS 3 na nossa região, ferem o Estatuto das Cidades e o PDDUA.

Por derradeiro, e talvez mais importante que qualquer dos motivos anteriores, é estratégico manter a Zona Rural como celeiro de alimentos e água para a Cidade, com a respectiva manutenção da paisagem, com a rica fauna e flora, e a saúde de todos os cidadãos, com a redução de custos em todos os âmbitos da Administração Municipal e a consequente melhoria da qualidade de vida de todos os que habitam esta Cidade.

Assim, solicitamos aos excelentíssimos Vereadores que aprovem, ainda neste exercício parlamentar, até o dia 15 de dezembro, o PL que reinstitui a zona rural de Porto Alegre, com a retirada das AEIS 3 inseridas na área a ser zoneada como zona rural, com a urgência e necessária regularização das ocupações irregulares pré-existentes, evitando o adensamento e a impermeabilização da região, e que pensem no protagonismo da cidade de Porto Alegre como defensora do meio ambiente sustentável, da participação comunitária nos destinos da Cidade, na saúde dos seus cidadãos e na capacidade de resiliência que Porto Alegre ainda tem, com uma Zona Rural produtiva e atuante, garantia de segurança alimentar a todos os porto-alegrenses. Lembrando que essa luta é de toda a cidade, não somente dos produtores rurais de Porto Alegre, e estamos lutando, há muitos anos, pela volta da Zona Rural. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Dona Rosane. Peço para quem falar aqui, que se mantenha nos cinco minutos. Registro a presença dos Vereadores Bernardino Vendruscolo, Mauro Pinheiro, Aírto Ferronato. O Ver. Dr. Thiago me informa aqui que, terça-feira, às 9h30min, na sala 301, a COSMAM voltará a debater este tema. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra.

O SR. ENGº COMASSETTO: Boa noite a todos, senhoras e senhores, vou falar daqui, porque fiz uma apresentação ali que eu creio que tem um conjunto de pontos que nós precisamos ainda esclarecer, e este tema aqui é para esclarecer. Primeiramente, quero

cumprimentar os meus vizinhos e aqueles que vêm aqui para este debate, porque eu acho que todo projeto de importância para a Cidade tinha que ter o debate com as comunidades. Nós temos votado um conjunto de projetos aqui que vem de afogadilho, que não se consegue discutir e ouvir as opiniões divergentes que existem. Eu moro lá na Zona Rural, melhor dizendo, moro numa área de proteção do ambiente natural, eu moro lá na pontinha de Boa Vista. Tenho um sítio de produção ecológica, e fui o coordenador, o fundador das feiras ecológicas de Porto Alegre, pela SMIC, em 1990, da Rua José Bonifácio; aprovei, nesta Casa, a Lei da Semana da Agricultura Ecológica de Porto Alegre; e aprovei, junto a outros colegas aqui, a isenção tributária, de 100%, para os produtores rurais de Porto Alegre, bem como a taxa de lixo. Também constitui e coordenei uma Comissão Especial que trabalhou o subsídio da energia elétrica para os produtores rurais de Porto Alegre. Eu acho que o problema não é o modelo espacial, Zona Rural ou área de produção primária. O problema é a falta de um programa de desenvolvimento sustentável para a região, e vou justificar aqui. No mapa apresentado, o que se propõe como Zona Rural é só a manchinha amarela. E o que fazemos com todos os produtores que estão de fora? Que é a maioria dos produtores que realmente produzem. A proposta apresentada acaba com a área de produção primária e cria a Zona Rural. Bom, se acaba com a área de produção primária, esse é um dos questionamentos.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. ENGº COMASSETTO: Ali eu coloquei cinco pontos, para quem mora na região, sabe o que é: o ponto um é o Lageado; o ponto dois é o Jardim Floresta; o ponto três é a Sapolândia; o ponto quatro é a Boa Vista; e o ponto cinco é perto de Belém Novo. O que eu quero mostrar é que todas aquelas partes brancas são comunidades intensivas, que estão dentro da zona proposta como Zona Rural. Então, dos 8% propostos como Zona Rural, mais ou menos 50% já é unidade urbana intensiva irregular, porque se instalaram sem a fiscalização do Município, estão lá sem planejamento, sem praça, sem água – ou colocam água pela luta que fazem –, sem esgoto, o que polui todos os arroios. Se não resolvermos este entendimento, de como tratar e evitar a ocupação intensiva dentro da área da produção da primária, não será o modelo que vai definir isso.

No Lageado, hoje – me ajudem os colegas que atuam e que moram lá, o Thiago, o Prof. Cleiton –, temos mais ou menos 3 mil famílias que moram ali. Pela proposta, o Lageado fica dentro da Zona Rural. O Jardim Floresta está dentro do perímetro da Zona Rural apresentada. Temos a Sapolândia, a Boa Vista, onde eu moro, e, no Lami, o Araçá, a Hortência e a Vinte e Um. Aqui tem 1.500 famílias que estão lá em uma ocupação irregular.

Agora eu quero mostrar duas questões. Grande parte da produção e as fotos apresentadas aqui pela nossa arquiteta são da Vila Nova. As fotos dos parreirais são ali na subida de Belém Velho. E aquela região, ali onde mora o Bertaco, já é Zona Urbana, desde 1969. Como é que elas são preservadas? O atual Plano Diretor definiu que teria as áreas de produção primária, e essas áreas foram gravadas na Cidade. Com o gravame, se faz a lei que deu isenção total dos impostos para essas famílias. Bom, como faremos? Eu quero aqui trazer alguns questionamentos.

Aquele “x” fica no meio do Campo Novo, que, no Plano Diretor, Secretário, é urbano intensivo. O Campo Novo, a Estrada Cristiano Kraemer, o Antonello, o Morosini, os Bettios, todos têm a produção primária. Eles estão no centro da zona intensiva, fora do zoneamento proposto. Pela lei, há problema. A lei diz o seguinte: “transforma as áreas de produção primária em Zona Rural”. Se transforma, acaba. Então, esse é um dos questionamentos que precisamos resolver. Esses produtores aqui, Secretário, têm Pronaf, têm crédito rural, e estão aí, nessa zona. Então, tem contradição. O Bertaco tem financiamento rural, e está dentro da zona intensiva, que é um direito, é um programa. Eu falo Bertaco, porque ele é meu amigo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ENGº COMASSETTO: Desculpe, como é a primeira reunião em que participo referente a este assunto, estou trazendo esses elementos porque não foram debatidos ainda. Aqui tem algumas perguntas que eu preparei, que precisamos responder: por que nunca foi feito um programa de desenvolvimento sustentável para a Macrorregião 8, que está no Plano Diretor, é o capítulo da promoção econômica? Há 15 anos, nós tínhamos 25 suinocultores, hoje nós temos menos de 10, porque eles não têm o licenciamento, e o

Plano Diretor permite que eles tenham licenciamento. Há 25 anos, nós tínhamos 55 olarias, hoje nós temos menos de 10 olarias, porque não veio o licenciamento.

A segunda pergunta: como ficam os mais de mil produtores, que estão fora da Zona Rural proposta, e que hoje recebem a isenção total do IPTU, da taxa de lixo e dos subsídios da energia elétrica, entre outros? Bom, desculpe, não é mentira, há uma Comissão Especial, que o senhor ficou de encaminhar o nome de todos os agricultores para a CEEE para receber isenção.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Por gentileza, Sr. Cléber, na tribuna o senhor é o quarto (Inaudível.)

O SR. ENGº COMASSETTO: Eu respondo aqui as contradições...

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Eu peço que seja direto a quem estava falando.

O SR. ENGº COMASSETTO: Desculpe, vou mostrar.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Senhores, só um minutinho, o Ver. Mauro Pinheiro, também inscrito, cedeu o tempo para o Ver. Engº Comassetto, que já havia conversado no início da audiência com o Presidente da Casa.

O SR. ENGº COMASSETTO: Eu tenho outra pergunta aqui, Rosane. Nosso vizinho lá. Como ficam todas as propriedades improdutivas, que hoje pagam IPTU e que ficam dentro da Zona Rural proposta? Deixarão de pagar IPTU e pagarão ITR, que é uma taxa mínima. Continuarão improdutivas. Lá, aquela foto ali, tudo improdutivo, é lá na esquina do Lami atrás do posto. Ali tem mais de 100 hectares improdutivos, e estão propostos dentro da Zona Rural. Eu não quero, eu quero que eles produzam ou paguem impostos. Desculpe.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

O SR. ENGº COMASSETTO: Aí que está, eu sei, eu moro numa área de preservação e quero ter os corredores ecológicos. Onde que está a proposta aqui dos corredores ecológicos, das bacias hidrográficas, das APPs das nascentes, das encostas de morro? Eu moro numa área cem por cento com proteção do ambiente natural. Então, o que eu quero dizer, Secretário, é que vir só Zona Rural sem vir a zona de preservação do ambiente natural – que na revisão do Plano Diretor tinha que ter sido feito esse mapeamento e o gravame das florestas nossas, dos corredores ecológicos, das nascentes, dos recursos hídricos. Não veio! Sabe quantas vilas irregulares nós temos nesta região, Secretária? Nós temos 220 vilas irregulares. Nestes últimos quatro meses, tem mais cinco loteamentos irregulares se instalando, Thiago. A Estrada do Rincão está toda sendo broqueada e derrubada, à esquerda para quem sobe, ao longo de um quilômetro. Vai adiantar ser Zona Rural ou ser Zona Urbana? Neste caso, o seguinte, se não tiver fiscalização, se não tiver um programa...

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Vereador, já passamos dos dez minutos.

O SR. ENGº COMASSETTO: O.k., então vou passar a última lâmina. Então, como ficam todas as comunidades...

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Não, Vereador, o senhor passou 10 minutos.

O SR. ENGº COMASSETTO: Eu concluo, muito obrigado. (Palmas.) Eu tenho outras contradições para nós debatermos aqui ainda e, para concluir, eu não sou contra o zoneamento A ou B, tem que ter um programa que funcione, senão não valerá a pena.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Ver. Engº Comassetto. O Sr. Oscar Maurício Chaves Badilla, do Laboratório de Primatologia da PUCRS, está com a palavra.

O SR. OSCAR MAURÍCIO CHAVES BADILLA: Boa noite, eu tenho várias dúvidas sobre o que está sendo conversado aqui. Uma das coisas, que mais me incomoda, é a definição, para mim incompleta, do que seja uma Zona Rural.

O Secretário nos ilustrou que uma Zona Rural é uma área de produção primária, mas é surpreendente que, em momento algum se consideram os demais benefícios e atividades que se realizam junto à Zona Rural. Em termos de benefícios, refiro-me a benefícios intangíveis, não somente econômicos, por exemplo, qualidade de ar e proteção de nascentes de água, é o que chamamos de serviços ecológicos, e o benefício que há sobre educação ambiental, por exemplo, para as escolas próximas a essas áreas. É um reduto para proteger espécies de flora e fauna, que podem ter grande importância para os seres humanos na área da medicina, alimentos, etc. Esses benefícios intangíveis, em momento algum, se consideram nessa definição tão simplista, e dá para ver que foi feita por economistas. Eu acho que é uma definição que poderia ser melhorada, considerando esses outros elementos dos quais eu estou falando. Então, valorizar os serviços ecológicos, que já estão aportando nessa Zona Rural, e que não são mencionados na lei. Outro aspecto que me preocupa é quem vai garantir que se cumpra a lei? A lei sem um sistema de monitoramento, de fiscalização, não é mais do que letra morta. Então, em momento algum, se menciona que no papel diz tal e tal coisa, mas quem vai garantir (Palmas.) que os poderosos, as pessoas que ostentam o poder econômico, as construtoras ou grandes corporações, que estão urbanizando a nossa Porto Alegre, não vão fazer, no final das contas, o que eles quiserem? Não está claro como isso vai ser garantido pela lei, não se estipula em momento algum, é um vazio que deve ser preenchido.

Outro ponto é que se consideramos os elementos anteriores, os benefícios ecológicos que brindam a Zona Rural, além dos benefícios econômicos, que é a produção primária – eu me referia à proteção de água, qualidade de ar, educação ambiental, tudo isso -, se consideramos esses outros elementos a Zona Rural, sem dúvida, deveria ser muito maior do que se está postulando, não só essa pequena mancha amarela, que já falou o Vereador. Basicamente esses são os elementos que eu queria aportar aqui nesta reunião, e espero que sejam levados em conta, no futuro, pelos senhores Vereadores, na versão final deste projeto de lei. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Sr. Oscar. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa noite a todos, eu vou ceder parte do meu tempo para um vídeo, que já está preparado ali. Pode colocar, se tiver o áudio, melhor. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Peço aos técnicos que segurem o tempo do Vereador, até para que venha o áudio, para que a gente possa ter...

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Delegado Cleiton, posso ceder para uma próxima pessoa, enquanto a gente arruma o áudio, pode ser? Ou paramos tudo? Poderia vir outra pessoa e falar para não perder tempo, enquanto a gente arruma o áudio, se é possível.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Pode ser, Vereador. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa noite, Ver. Delegado Cleiton, Presidente dos trabalhos nesta noite, nosso companheiro Ver. Humberto Goulart, Secretário da SMIC; Cristiano Tatsch, da Secretaria Municipal do Urbanismo; demais Vereadores aqui presentes; comunidade em geral que nos acompanha nesta noite. Primeiro também quero parabenizar todos os que estão nos acompanhando nesta audiência pública; também saudar a iniciativa da Câmara Municipal por trazer um tema tão importante para que a comunidade possa, Ver. Goulart, participar e debater conjuntamente com esta Casa. Eu quero refletir algumas questões em relação ao projeto de lei e pediria que me encaminhassem o projeto, que eu não peguei. (Pausa.)

Nós ouvimos o relato da SMURB, e eu queria começar dizendo que, com a tese geral da área rural, eu sou favorável, até porque sou filho de Porto Alegre e não me canso de dizer que sou um interiorano de Porto Alegre, porque nasci na Vila Nova, Ver. Comassetto, quando a Vila Nova era um grande interior. Hoje, quando eu vou lá para o Extremo-Sul, me dá uma certa saudade como eram os campos da Vila Nova, porque muita coisa se transformou, mas muita coisa se preservou do ponto de vista da produção.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

Então, com a tese em geral, eu sou favorável. Eu só gostaria que a gente não transformasse isso numa briga ou numa guerra dos contra ou dos a favor, porque é o que normalmente tem acontecido na Cidade, porque é uma cidade que pulsa política, pulsa contradição, mas que, na verdade, eu gostaria que, desse debate, saísse o melhor modelo, Secretário Cristiano, em relação a esse tema.

Então em relação ao projeto nos apresentado aqui, foi relatado pela SMURB que, em 2012 foi criado um grupo de trabalho que, depois, foi interrompido, retomou em 2013 e trabalhou até agora há pouco em 2014. O projeto chegou aqui na Casa – pelo menos está datado no protocolo – em 5 de novembro, tem um pouco mais de um mês que chegou na Casa; então está tramitando ainda, deve estar em uma das Comissões neste momento. Num primeiro momento não veio o mapa. Eu inclusive pedi para a DL, assim que o projeto chegou e foi anunciado, que juntasse o mapa e como ficaria. Aí foi juntado esse mapa aqui primeiro. Aí eu disse “gente, é muito pequeno, não dá para entender, não dá para enxergar.” Aí foi juntado esse outro mapa, um pouco maior, no formato A3, mas que igual é ainda bastante difícil de entender, e olha que eu não sou completamente leigo – não sou nenhum especialista em urbanismo, mas não sou completamente leigo.

Hoje, e está aqui o Secretário Cristiano, depois do pedido da DL, chegou o CD e foi nos entregue durante a Sessão plenária nos gabinetes. Quando terminou a Sessão plenária, eu cheguei no meu gabinete e estava lá o CD que acompanha; foram feitas 36 cópias pela DL, entregue um para cada gabinete, com um mapa no formato que se pode abrir no computador e começar a se ter a dimensão do que é que nós estamos tratando, porque o encaminhamento está aqui. Tem a justificativa do Executivo, fala em 8,28% da área da Cidade, 17% da macrozona lá do Extremo-Sul, mas fatalmente a gente não tinha conseguido ver. Gente, vejam bem o que eu estou dizendo: nós não conseguimos ainda olhar o mapa em condições de fazer uma análise. Então, eu quero só, dentro da motivação do projeto de lei, há algumas questões que eu queria levantar.

Está dizendo aqui na motivação do projeto de lei que, “com a reintrodução da zona rural, viabilizar-se-ão os licenciamentos ambientais pelos órgãos governamentais, linhas de créditos para diversas atividades e tudo mais”. Hoje não tem linha de crédito? Não é possível! Não tem licenciamento? Eu gostaria que isso pudesse ser respondido. No mesmo sentido, “a política nacional de crédito rural será franqueada para o setor”, ou seja a política nacional de crédito rural não pode para esses produtores da área da produção

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

primária, porque não tem zona rural. E aí vai adiante aqui, há uma série de questionamentos que, para nós, é novidade. Então eu fui proponente de uma comissão especial para tratar desse tema. Tem uma pessoa que me antecedeu e disse para fazermos um grande esforço para votarmos ainda este ano. Gente, quero dizer que não me sinto em condições de terminar o debate este ano e já votar no afogadilho.

Então está falando alguém aqui que quer contribuir no processo e, como eu disse no início, sou favorável à tese geral. Hoje eu não posso ser contra nem a favor porque eu não sei exatamente ainda do que estamos tratando no seu conjunto. A comissão especial que eu propus tem um tempo de funcionamento de 60 dias, é composta por 12 Vereadores indicados pelas Bancadas e será mais um espaço que teremos nesta Casa para poder aprofundar o debate. Peço já que os colegas Vereadores que estão aqui aprovelem já essa comissão especial e que possamos já fazer esse debate por 60 dias para realmente termos uma avaliação aprofundada do que está sendo proposto e, daqui a pouco, fazer alguma correção que seja necessária. Muito obrigado e um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): O Sr. Cleber Quadros Vieira, do Sindicato Rural de Porto Alegre, está com a palavra.

O SR. CLÉBER QUADROS VIEIRA: Boa noite a todos. Antes de cumprimentar o Presidente da Casa, eu gostaria de cumprimentar o nosso povo. Muito obrigado por terem vindo, atendido ao pedido nosso, porque isso é do nosso interesse. Muito obrigado aos senhores. (Palmas.)

Ver. Cleiton, Presidente da Casa momentaneamente, muito obrigado. Secretário Cristiano, meus parabéns pela iniciativa de ter feito esse trabalho pelo qual há 25 anos estamos lutando para tentar ter algum objetivo. Estamos conseguindo alguma coisa que talvez não seja o possível, o que nós gostaríamos, mas já é alguma coisa.

Secretário Goulart, muito obrigado pela luta e por ter se incorporado à zona rural de Porto Alegre, que é tão necessária para nós, urbanos, e nós, produtores, porque eu não acredito que tenha aqui alguém que seja contra o ar puro que nós respiramos que vem da zona sul de Porto Alegre. Eu não acredito que tenha alguém aqui que seja contra o pulmão verde que é o Morro São Pedro hoje, como a minha amiga falou, com 120 nascentes, ainda preservadas, mas que, quando chega no arroio Manecão, justamente

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

por invasões, chega poluído. Isso nós temos que terminar. Então, acho que é necessária a nossa zona rural. É preciso permanecer como está hoje ainda, porque ainda tem salvação, porque, se nós deixarmos como está hoje, não vai ter salvação.

E aí eu começo a pensar num Pronaf, Eng^o Comassetto, para a gente tirar, e eu, Cleber Vieira, escutei de um gerente de um Banco do Brasil dizendo para mim que não interessava para ele fazer Pronaf, porque Pronaf era para produtor rural e que nós não tínhamos produtores rurais. Para fazer um Pronaf é uma novela – não é, Luís –, é uma dificuldade bárbara. Então é dessa forma que a gente encontra as situações na nossa zona rural.

Ecologicamente falando, hoje nós temos um cinturão de orgânicos maravilhoso, mas é uma dificuldade bárbara para a gente conseguir hoje – e há muito tempo – desenvolver um trabalho, porque eu lembro, Comassetto, que não eram dez, 15 ou 20 produtores de suínos, eram 174 no dia em que eu entrei dentro do Sindicato há nove anos – nós éramos 174! E hoje não somos dez, porque, na realidade, nos puseram uma determinação de que teríamos que fazer pocilgas sustentáveis que não tivessem cheiro, e aí não temos licenciamento para fazer essa pocilga. Qual é o maluco que vai investir R\$ 200 mil, R\$ 300 mil num chiqueiro de porco para depois não ter licenciamento para poder dar seguimento no seu trabalho? Não existe isso! Por favor! Então se nós não temos licenciamento, se não existe uma regra adequada para que a gente tenha esse licenciamento, porque, na realidade, é um samba do crioulo doido: nós somos hoje, registrados no sindicato rural, 1.263 produtores, 700 desses com talão de produtor. Temos talão de produtor e não temos área rural. Coisa engraçada isso! Eu sou produtor, este ano fiz cem cordeiros, tive que pedir para um colega meu de Cachoeira vender os meus cordeiros. Será que a gente não poderia ter um pequeno frigorífico de abatedouro de pequenos animais na Zona Sul? Como o Sr. Peri corajosamente fez, e gastou quase R\$ 2 milhões para fazer, um homem de 80 anos! E está lá com aquilo parado, porque não deram licenciamento! Virou uma loucura aquilo, é licenciamento aqui, não dá aqui, não dá ali! Nós tivemos alguns projetos, sim, Ver. Valter, quando nós fizemos o Sanidade Animal – e o senhor, habilmente, aprovou -, porque nós temos, nada mais, nada menos do que 23 mil equinos na Zona Sul de Porto Alegre – não são 17 mil. E aí teve uma época que disseram que criador de cavalo não é produtor. Engraçado, eu acho que é; é produtor, porque o comércio, hoje, de animais cavalares no Rio Grande do Sul representa uma

pág. 27

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

soma muito grande, muito grande mesmo, quase 5% do PIB do Rio Grande do Sul. Isso é produtor rural, é quem está na terra plantando, semeando e fomentando a criação de animal.

Então, gente, qual é a Cidade que nós queremos, na realidade? Nós queremos uma São Paulo? E não é o presidente do Sindicato Rural que está dizendo, são, na realidade, os técnicos dizendo que em São Paulo, hoje, quanto ao sistema Cantareira vai ser perene a situação porque não tem, na realidade, mais nascentes lá, porque virou condomínios e prédios. Então, é essa Cidade que eu como produtor quero, sustentável, com ar puro e rural. E como cidadão de Porto Alegre também quero, porque ela vai beneficiar não só o produtor, mas o cidadão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Sr. Cléber Quadros Vieira. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Certamente, quem me vaia por não ter me ouvido, é porque conhece bem o meu trabalho na área rural. Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar os produtores rurais da Cidade e dizer que tenho muito orgulho dessa parceria, meu presidente Cléber. Aqui está o nosso diretor do Agrofomento, o Bertaco, Secretário Goulart, que lhe antecedia na Secretaria, e tenho enorme satisfação de dizer que fui Secretário da Produção da Indústria e Comércio. Na produção, busquei incentivar de todas as formas que pude, exatamente, presidente Cléber, a produção primária da Cidade, reconhecendo o trabalho e a importância desse segmento. Nós fizemos o SIM Vegetal. Quem frequenta a feira da José Bonifácio não sabe que foi na nossa gestão na Secretaria que nós fizemos a certificação para quem consome saber que aquele produto, de fato, é orgânico. Fizemos o Sanidade Animal, que vacinou todo o rebanho da Cidade, e que fez um censo no rebanho e apoiou os produtores, porque quem tem um tambo de leite e uma vaca morre e, às vezes, ele tem duas vacas, se uma delas morre, ele perde 50% da produção.

Vereador Comassetto, nós não conseguimos fazer a liberação das pocilgas, porque, se a lei é urbana, ela permite só que cinco animais domésticos sejam criados. E a lei é urbana. Portanto, a SMAM não pode licenciar. Quando nós viemos falar aqui que nós temos que incentivar a recreação da área rural, eu sou o primeiro, Gil, a dizer que nós temos e que

quero, porque acho que a Cidade não vive sem área rural; a Cidade vive do campo! As pessoas não sabem, certamente, essas que vaiaram, e não foram a uma escola municipal de Porto Alegre, não sabem que o bolinho de peixe que as crianças pobres da Cidade comem – porque é proteína que elas comem – foi feito na nossa gestão, quando nós, junto com o Cléber e o Bertaco, distribuimos alevinos para os produtores, fizemos açudes, fizemos um centro de beneficiamento do bolinho de peixe, fomos até a Secretaria da Educação e conseguimos colocar na merenda escolar de Porto Alegre o bolinho que dá sustentação aos produtores rurais e dá proteína para as crianças que estão nas escolas! Essas coisas foram feitas na gestão do Secretário Idenir Cecchim, na minha gestão, e dão continuidade, hoje, com o Secretário Goulart. Então, nós temos orgulho de ter feito isso.

Quando eu assumi aqui na Câmara, no primeiro mandato, na primeira reunião que o Prefeito Fogaça me chamou, ele me disse: “Valter, a primeira coisa que eu quero é que vocês revisem o Plano Diretor”. Faz nove anos que nós tentamos revisar o Plano Diretor e não conseguimos. Fizemos um consenso. Escolhemos o Ver. João Dib e colocamos aquele artigo que o Secretário apresentou ali como um dos artigos do Plano Diretor que foi exatamente o que gerou essa Comissão que está desembocando no dia de hoje, nessa revisão que estamos fazendo – não me deixa mentir, Antônio Bertaco. Então, estão aqui os produtores rurais, com quem eu tenho enorme orgulho, junto do nosso CAD, que é o Centro Agrícola Administrativo, de ter trabalhado. Muita gente eu não vi ao longo desse tempo! Gostaria de ver a todos, porque a luta é desses produtores. Eu conheço, a cada dia, o trabalho deles, dos feirantes da Feira Modelo, do Mercadão do Produtor, da Ceasa – que tive orgulho de ser conselheiro, Secretário, como hoje o senhor também é, e saber da importância disso –, das flores! Aí eu vejo que há Vereadores que incentivam as invasões na Zona Sul e que, depois, vêm falar aqui que tem que defender! Mas incentiva invasões em loteamentos irregulares para, depois, fazer discurso social!

Então, nós temos que também discutir essa questão, porque lá na Vila Nova, hoje, não se coloca a Vila Nova mais, porque está toda adensada na volta! Vai lá no Piber e pergunta para ele como é que ele consegue, hoje, fazer a sua produção. Ele tem que colocar seguranças em volta da pequena propriedade dele, e está em vias de vendê-la, porque toda a hora entram pessoas! E, infelizmente, tragicamente, roubam os pêssegos, roubam os cachos de uvas verdes!

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

Há uma produção de flores maravilhosa em Porto Alegre, que é a segunda Capital brasileira com a maior área rural! É a primeira Capital brasileira, como foi apresentada pela Andrea e pelo Secretário Cristiano, em produção primária! Portanto, obviamente, nós temos o dever de preservar isso. Eu, quando cheguei na SMIC, havia 170 processos lá, esses que os produtores fazem. Produtor, quando quer ter ITR, ele faz o seguinte: ele requer à Prefeitura, que tem que mandar um agrônomo lá, que tem que mandar um laudo para dizer que é propriedade rural. Essa laudo vai para a Fazenda e ele recebe isenção do IPTU. E a partir daí é que ele pode gozar desses benefícios. Nós tínhamos uma fila disso, conseguimos ajustar, fazer uma agenda e zerar esse processo. Por quê, Gil? Porque temos tido uma preocupação permanente com a área rural. E é por isso que esse projeto está aqui, Cléber. E eu quero saudar o engajamento de cada um de vocês, da Secretaria, Cristiano, que fez com que chegássemos a este momento. Eu acho que é fundamental Porto Alegre preservar o que ainda resta; preservar essa produção primária, estimular os produtores, conseguir manter, arraigar esse homem que tem a vocação rural para que ele permaneça lá, porque isso tem o ativo turístico, o ativo econômico, social, econômico e ambiental que nós devemos preservar, sem preconceito. Não daqueles que vão sem ouvir, porque isso representa, de fato, a intolerância! Sem preconceito, nós devemos preservar a área rural, a área urbana e tentar ao máximo fugir das demagogias! Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): O Sr. Roberto Jakubaszko, representante da 1ª Região do Planejamento, Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano e Ambiental, está com a palavra.

O SR. ROBERTO JAKUBASZKO: Boa noite à Mesa, boa noite a todos. A gente vem para uma audiência pública, às vezes, com uma ideia; traça uma linha do tempo para a gente trabalhar, mas as falas acontecem. Eu gostaria de começar falando sobre suinocultores. Eu milito no Orçamento Participativo, há 23 anos, e existe um projeto dos suinocultores que, até hoje, não temos uma definição dele, é complicado uma barbaridade. Mas, aí do suinocultor vem a piscicultura, e um universo de coisas acontecem na nossa Zona Rural.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

Eu fico feliz e sou favorável, realmente, à ampliação da zona rural, e, principalmente, à criação dela, porque, parece que só duas capitais, no Brasil, não tem: Tocantins e Porto Alegre. Mas nós somos a primeira a ter secretarias de meio ambiente, nós temos uma riqueza e um conteúdo numa área e algumas complicações em outras.

Gente, como é complicado discutir determinados pontos vitais! Por exemplo, seria tão simples nós fazermos uma audiência pública como esta, e até o dia 15, como foi sugerido, ser aprovada. Mas as coisas não funcionam assim. Este debate vai entrar o ano de 2015, e nós vamos discutir muito. Por quê? Tem muito interesse aí, muito interesse em jogo.

Então, nós temos que discutir isso, discutir muito. Nós somos todos favoráveis pela ampliação, a qualidade de vida vai melhorar... Agora, tem uma pergunta que, para mim, pelo menos como cidadão, munícipe, me bate na cabeça,: qual é, na opinião dos senhores, das senhoras a população ideal para Porto Alegre, para termos a nossa qualidade de vida? Eu não quero lutar contra o concreto, mas eu quero bastante área verde em Porto Alegre, e Porto Alegre tem um limite geográfico. Qual é a população ideal? Nós vamos ter que crescer para algum lugar. Se nós ampliarmos, sou favorável à ampliação da zona rural. Como é que fica isso? Como é que fica a cabeça das pessoas a discutir qual é a melhor população para Porto Alegre?

São Paulo está com aquele problema lá, ABC, São Caetano, São Bernardo, São Diadema, não tem água... porque aquelas nascentes de lá foram detonadas, porque a população aumentou assustadoramente. Como é que se trabalha isso, Secretário, Vereadores, Vereadoras? Como é que a gente pode discutir isso?

Eu sou tão somente um delegado do Orçamento Participativo, e um conselheiro da região 1 de planejamento; agora, nós temos que discutir muito isso, temos que debater muito. Eu gostaria que fosse aprovado agora no dia 15, acredito que seja muito difícil, porque os interesses são muitos, e nós vamos ter que entrar 2015 discutindo. Mas que esses interesses aflorem, Secretário, e, Presidente, que isso seja discutido nesta Casa, nas regiões de planejamento, no Orçamento Participativo, em todos os lugares possíveis; que a comunidade, realmente, cobre do seu Vereador, do seu legislador, do seu parlamentar, em quem ele votou, para que apóie seus interesses para que a gente, realmente, possa conseguir sucesso.

Volto a perguntar: qual a população ideal sem comprometer a qualidade de vida de Porto Alegre hoje? Esta é uma pergunta que eu trago a todos para que possamos refletir sobre isso. Não é fácil mensurar isso.

E eu continuo esperando o resultado do primeiro processo dos suinocultores, que até hoje não chegou para nós, no Orçamento Participativo, e o Orçamento Participativo está fazendo 25 anos. Tem muita coisa demorada aí. Troca-se governo... Enfim, como é que fica a população? Como nós ficamos?

O que eu espero é o seguinte: que seja aprovado isso com o aval dos 36 Vereadores desta Casa; minimamente, é o que a população espera.

Muito obrigado a todos e uma boa luta. Viva a zona rural, e vamos lá, gente! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Sr. Roberto. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

(Procede-se à apresentação de um vídeo.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa noite a todos os presentes. Eu fiz questão de ceder o tempo, porque é fruto de um trabalho coletivo o vídeo que vocês acabaram de assistir, e ele está inteiro no YouTube.

Eu queria alertar, porque eu diria que, nesse tema de zona rural ou não rural que pode ser aprovado ou pode não ser aprovado, nós estamos discutindo aqui um modelo de cidade, e, nesse modelo de cidade – eu desconfio, não sei se é uma visão por ser um Vereador de oposição, e me corrijam se estiver errado -, se existe o bate e assopra, talvez esse projeto de lei seja o assopra, porque no dia a dia só se bate na Zona Sul.

Quando uma Prefeitura muda a sua estrutura administrativa para ter um lugar especializado em agilizar licenciamentos ambientais, é uma batida; se por isso proliferam os condomínios na zona Sul, é uma batida. Quando rodoviariza a cidade... Ou vocês acham que a quadruplicação da Beira-Rio, porque ela já era dupla, a duplicação da Tronco e essa série de viadutos e pontes que vão se construindo não têm nada a ver com a Zona Sul, com os condomínios da Zona Sul? É a promessa que se vende: compra o teu condomínio lá na Zona Sul, que você virá, numa rodovia, até o Centro da Cidade rapidamente. E assim vai.

Então, a Cidade vai sendo rodoviarizada, e, talvez, essa ideia de tornar de novo, podemos concordar, uma zona rural, é simplesmente o assopro de várias batidas que vão se dando na Zona Sul. Isso gera distâncias. As AEIS estão aí... Eu não sei se é o caso, eu moro no Menino Deus, e uma vila ali na Érico Veríssimo acabou de ser destruída. Desconfio que serão levados para bem longe, e vão se gerando distâncias na Cidade. E nós teríamos que falar de outras coisas, como da justiça na ocupação do espaço urbano na Cidade., Há estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul que mostram que Porto Alegre comportaria 11 milhões de habitantes, se ela fosse melhor aproveitada, melhor adensado. O Centro de Porto Alegre é perto da Pontifícia Universidade Católica, mas para isso você precisa de uma política que iguale e traga justiça na ocupação do espaço. Como a questão do IPTU progressivo, por exemplo, como São Paulo faz; desapropriação de prédios no Centro da Cidade para moradia popular. Então, é uma outra lógica de Cidade. É outra lógica, e por aí vai.

Poderíamos enumerar outras batidas aqui. Os feirantes de produtos orgânicos da José Bonifácio reclamam que há sempre um movimento do Poder Executivo – não sei, eu falo como muitos deles, não sei se é uma opinião, Secretário Goulart, de todos –, que há sempre um movimento de captura nessa autonomia dos feirantes, em se auto-organizar, ter sua autonomia, seu protagonismo. Porto Alegre tem história nisso, e isso depende de abrir mão de poder, e não uma capitalização política da Prefeitura.

Ou, por exemplo, projetos de lei que incentivem. Nós temos um, de nossa autoria, que incentiva os alimentos orgânicos na merenda escolar de forma progressiva. Então, eu estou dizendo que sim, aplaudiremos, talvez, a Câmara de Vereadores aprove, mas depois, no dia a dia, as políticas são todas contrárias, e vão tornando a Zona Sul um lugar que não é aquele que todos nós gostaríamos que fosse.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Ver. Marcelo. O Sr. Luís Paulo Vieira Ramos, Emater/RS – ASCAR, está com a palavra.

O SR. LUÍS PAULO VIEIRA RAMOS: Boa noite, Presidente, Dr. Cristiano, Vereadores aqui presentes, comunidade que está interessada nesse projeto, ambientalistas e, principalmente, agricultores, que representam o público que Emater se relaciona

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

diretamente. A Emater/RS – ASCAR está em 487 municípios do Rio Grande do Sul com sua equipe prestando assistência técnica em extensão rural, e está na nossa Cidade desde 1958, quando ela ainda era a ASCAR, e foi assinado o primeiro convênio com o Prefeito Brizola. Deste tempo para cá, essa zona de produção de alimentos tem recuado na direção do Extremo-Sul, pelo crescimento da Cidade, pela imposição do modelo de urbanização do Brasil.

Quando enxergam a Emater, enxergam dados. Por esses dados, às vezes, nos confundem até com o IBGE: quantos produtores, quanto de produção, enfim. Eu vi que os dados de produção estão muito bem relacionados. Mas eu quero contribuir com algumas ponderações. Produzir alimentos, ter uma Zona Rural, por quê? Não se trata de voltar à Zona Rural, trata-se de reconhecê-la, porque ela está lá constituindo essa paisagem, produzindo alimentos, com preservação ambiental, biodiversidade, saúde – como muito bem disse o Ver. Thiago -, e uma série de outras coisas. Mas os países desenvolvidos colocaram uma imposição. Eles podem comprar alimento da parte do mundo que quiserem, porque eles têm dinheiro, mas eles têm uma consideração: a segurança e a soberania alimentar. Quando a gente olha a Zona Rural e enxerga uma paisagem bonita, os campos preservados, os animais e as plantações, vemos que por trás disso existem pessoas que têm a cultura, a tradição e sabem produzir alimentos com qualidade. Nesse sentido, eu quero evocar os Vereadores que receberam votos de quase um milhão de eleitores para que, realmente, representem esta Cidade e seus interesses. Que nós não tenhamos uma bolha de ar quente que faça com que as frentes frias que chegam pelo Sul e pelo Oeste façam as nuvens subir muito mais altas e desabarem de uma vez só produzindo os grandes alagamentos. São Paulo não está fazendo uma Zona Rural por outro motivo a não ser por esse. Que não impeçam que esses ares que chegam oxigenados dos oceanos, do Sudoeste e do Sul tragam qualidade de vida para esses cidadãos que ajudaram a eleger vocês. Que os outros interesses sejam minimizados e que se garanta a soberania alimentar, a preservação da água e do ambiente e, principalmente, da cultura rural. Porque, se houver um colapso, que esse alimento não consiga chegar de outro lugar; Porto Alegre terá gente que sabe plantar.

Durante esses 14 anos em que estou aqui nesta Cidade que me acolheu como cidadão, conheço cada um desses campos, sei do potencial produtivo, ambiental que temos, então, quero dizer, por último, que não enxerguem esse território como recurso natural,

mas como um bem natural que possa passar para cada um dos cidadãos que vão nos seguir. Tenho uma filha de quatro anos e quero que ela cresça com felicidade nesta Cidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Sr. Luís Paulo. A Ver.^a Sofia está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, cumprimento o Secretário, a todos e a todas que aqui estão, Vereadores e Vereadoras, primeiro, gostaria de dizer que poderia assinar em baixo da fala belíssima do Luís Paulo. A partir da sua fala, levanto algumas questões para nossa reflexão.

Primeiro, acho que tem que nos orientar o sentido que faz com que vocês lutem há tantos anos por ter esse reconhecimento de Zona Rural. Isso tem que orientar a nossa votação no projeto que veio para cá. Entendo que ele tem a ver com a conservação dessa riqueza ecológica, dessa cultura, dessa garantia da sustentabilidade, dessa defesa da característica familiar das chácaras, do trabalho geracional que há em Porto Alegre, e que é maravilhoso, dessa identidade cultural e dessa produção única que tem em cada uma das chácaras de experimentação de tecnologias, de esforço de construção da agroecologia, de preservação, enfim, que eu tenho a honra de ter ido visitar e tenho uma apreciação incomensurável.

Por outro lado, tem uma outra dimensão que é mais recente e que temos que nos dar conta e ver se conseguimos estabelecer mecanismos nesse projeto: que essas belezas dessas áreas, das chácaras, da produção sejam mais sustentáveis e atrativas do que as ofertas da especulação imobiliária. Porque essa é uma grande ameaça que a área rural da Zona Sul tem sofrido. E para que as novas gerações tenham estímulo, que queiram e achem importante. Eu queria trabalhar com vocês essas duas dimensões, porque acho que é importante ter vindo para cá, mas é insuficiente. Primeiro, achei muito pequeno – e não quero dizer que não tenha valor e que vocês não estão aqui num pragmatismo do “vamos aprovar o que conseguirmos e depois vamos adiante” – e fragmentado o espaço previsto para toda a Zona Rural. Também não há mudança nenhuma em relação ao que acho fundamental – o Sgarbossa falou um pouco aqui e outros falaram -, de que tem que ter um planejamento estratégico de cidade para valorizar essa zona; não é um

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

planejamento de pedacinho, é de cidade. Vocês falaram dos loteamentos, da remoção de famílias, do Minha Casa, Minha Vida, e eu acho que a Cidade tem que planejar aquela região, Secretário, no sentido de que essa região seja valorizada de fato no que é a sua essência. Reassentamento de famílias não é bom nem para vocês e nem para elas. Elas estão indo para lá e não têm ônibus, ficam horas esperando, não tem escola, saneamento. Olhem a compensação da Arena do Grêmio, e a Universidade do Trabalho, que está lá jogada às moscas! Que planejamento de cidade é esse? Quem está estudando na Escola Santo Inácio? Instituto Federal da Restinga, tivemos que lutar horrores para ter ônibus, para os jovens não desistirem! Então o planejamento de cidade não pode ser um capítulo de incentivo à Zona Rural. Nós temos que pensar a cidade. Nós temos um potencial turístico maravilhosos! A cidade tem que pensar como é que inclui as belezas que têm lá, a produção rural, os caminhos rurais, as trilhas, etc., etc., no conjunto das políticas que estimulam o turismo nesta Cidade. Que a gente poça, como cidadãos de Porto Alegre, conhecer, valorizar, ser estimulado, ser incluído em toda atividade, e os turistas em especial. Acho que temos que conseguir fazer essa vinculação num planejamento estratégico. Sou defensora de que as populações que precisam de moradia – há mais de 50 mil famílias, tem milhares de despejo –, tenham um estímulo forte para que os terrenos vazios do Centro, dos prédios abandonados... Porque aqui já tem infraestrutura, está perto de tudo que precisa e tanto as chácaras quanto a população que para lá é removida não serão penalizados duplamente. Então pensar desse jeito e não com preconceito, porque tenho certeza que não é esse o recorte de vocês.

Por outro lado, aqui se fala muito que é bonito, é necessário que a gente desenvolva agricultura agroecológica. E há muitas chácaras que estão fazendo. Só que o projeto inteiro não tem nenhum lugar que fala esse termo. Não tem nada sobre isso no projeto de lei. Então, nós precisamos acrescentar, precisamos valorizar. Tem que ter um superestímulo nessa questão da produção agroecológica, porque nós queremos – e aí também acho que é uma grande ausência – uma relação com o manancial aquático. Uma das razões é que aquela região alaga muito – estou falando para quem não conhece -, como muitos Vereadores que moram lá, e vocês especialmente, sabem disso. Eu sei de comunidades que nós fomos atender que estão sempre alagadas, pois não há planejamento estratégico. Então, é uma riqueza maravilhosa que tem na Região Sul, é na beira do Guaíba, fica na Lagoa dos Patos, no Itapuã, é maravilhoso e, ao mesmo tempo,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

tem um problema sério de fazer a ocupação lá. Então, esse planejamento de que nós precisamos preservar as nascentes, precisamos construir e evoluir muito para que a produção seja agroecológica e não polua, que seja valorizada, que ela tenha muito espaço aqui no Centro da Cidade, que vocês possam ter escoamento, que vocês possam ter fortalecimento. Isso é muito importante.

Eu quero, por fim, dizer o seguinte: nós precisamos atacar outro elemento, que é o famigerado projeto especial, porque é o que faz com que a Zona Sul da Cidade seja área hoje de especulação imobiliária. Porque não tem nenhuma mudança. Fomos analisar, não há mudança e proposta de índice construtivo, de regime urbanístico, não está proposto, mas está mantida a possibilidade de forma generalizada no projeto especial. O projeto especial é um outro Plano Diretor, acho que vocês sabem disso. Aprova como um projeto especial e aí faz o que quer; se a Prefeitura licenciar, está licenciado. Então, nós temos que trabalhar de uma outra maneira, temos que conseguir que o sentido da luta – que é de todos nós, que não é só de vocês que maravilhosamente resistem e que fazem da nossa Cidade uma cidade muito melhor para se viver – seja de toda a cidade de Porto Alegre. Nós queremos que essa Região, de fato, seja respeitada na sua riqueza natural, seja valorizada, seja integrada no turismo, no escoamento de alimentos, na compra direta para alimentação escolar, e que a gente possa protegê-la da especulação imobiliária. Ela ganhando valor, dá qualidade de vida a todas as pessoas.

Então, vocês contem com esta Vereadora nesse sentido. Sou defensora, quero ampliar, acho que a nossa Cidade só ganha com essa luta. Acho que não veio tão bom o projeto, porque o grupo de trabalho não contou com a colaboração, como vocês gostariam, de vocês, de quem está protagonizando essa resistência, essa luta na Região Sul da Cidade. Parabéns, vamos fazer um produto melhor ainda do que chegou aqui para o bem de todos nós. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Vereadora. O Sr. Felipe Charczuk Viana, representando o Instituto Econsciência, está com a palavra.

O SR. FELIPE CHARCZUK VIANA: Boa noite a todos, eu faço parte do Instituto Econsciência, que é uma ONG local que trabalha com a questão socioambiental na Região Extremo-Sul. Acompanhamos essa questão da Zona Rural desde a sua extinção

em 1999. Então, acompanhamos todos os discursos e todas as promessas de pessoas que hoje são políticas e que prometeram uma série de melhorias para a Região. Vimos que a questão rururbana da Cidade, esse conceito que foi utilizado em Porto Alegre, foi realmente um tiro no pé, porque inviabilizou uma série de coisas na Região Extremo-Sul. Eu convoco a todos para assistirem um vídeo de 28 minutos, que está baixado no Youtube, que se chama “Cinturão Verde de Porto Alegre: Território em Disputa”, que fala exatamente dessas nossas demandas e da realidade que está acontecendo lá na Zona Sul.

E essa disputa não acontece somente na Região Extremo-Sul, ela acontece na Cidade como um todo. A gente não pode pensar em manutenção da Zona Rural sem pensar na parte urbana da Cidade. Houve uma pessoa aqui que falou de pensarmos na população ideal para Porto Alegre. Porto Alegre é a Capital que menos cresceu nos últimos 10 anos no Brasil. Ela cresceu 3,7% nos últimos 10 anos. Então, é uma Cidade planejável. Junto dessa manutenção, dessa volta da Zona Rural, tem vários instrumentos no Estatuto da Cidade que são ignorados. A gente está falando aqui sobre IPTU progressivo em vazios urbanos; estamos falando aqui de outorga onerosa; estamos falando que, quando um empreendedor fica especulando, fica esperando a casa valorizar, quando, na realidade, ele vai empreender, uma parte do seu lote teria que ser revertida em Áreas de Habitação Social. As AEIS 3, que estão gravadas na Região Extremo-Sul de Porto Alegre, onde hoje vai voltar ser rural, são uns equívocos urbanísticos. É um instrumento para gravar vazios urbanos na área intensiva. Foi gravada na área rarefeita da Cidade e não tem lógica nenhuma se manter essas AEIS nesse projeto de lei. Essas AEIS não podem ser consideradas uma vitória do movimento social de luta pela moradia porque elas estão longe da infraestrutura. As pessoas vão ter que caminhar três quilômetros para pegar um ônibus. É com isto que convive o Condomínio Guerreiro hoje: as pessoas que moram lá caminham um quilometro e meio para pegar um ônibus na Restinga. Aquelas pessoas das AEIS têm que caminhar três quilômetros para pegar um ônibus na Restinga. Então, esse projeto de lei não tem lógica nenhuma. Aquelas AEIS estão esquetejando a Zona Rural de Porto Alegre – e o projeto passou por unanimidade nesta Câmara. Ninguém votou contrariamente. Então, a Câmara tem que se comprometer, junto ao Conselho do Plano Diretor, a manter essa Zona Rural, porque ela pode, sim, ser alterada através dos projetos especiais.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

A gente tem tramitando um projeto de um condomínio de 400 hectares no Belém Novo, inclusive, a parte da frente dessa área é uma área de plantio de arroz, onde se podem fazer 1.200 casas. O empreendedor está pedindo para dobrar a quantidade de casas nessa área. Para isso, terá que aterrar 50 hectares de um a três metros nas áreas de banhado. Então, essas três AEIS e a área em Belém Novo não podem ficar de fora da Zona Rural. O empreendedor comprou, está dentro das limitações da área, mas ele que plante arroz nessa área. Porque tu mudares a lei através de projetos especiais que passam na Cauce e passam pelo Conselho do Plano Diretor, tu estás valorizando, tu estás promovendo especulação imobiliária. Não adianta dizer também que a gente tem que ter uma visão tópica, achando que a produção tem que dar mais retorno do que construir apartamentos. Isso é piada. Tu não podes ter Área de Interesse Social, tu não podes estar permitindo urbanização, tu tens que ter uma área de amortecimento até chegar a essas áreas produtivas. Não adianta ter um limite seco. Aqui vai ter a Minha Casa, Minha Vida, aqui vai ter produção primária. Tem que ser pensada essa Zona Rural. Em princípio, a gente acredita que a área de Proteção do Ambiente Natural também tem que receber uma proteção maior do que ela está hoje. É permitido fazer condomínios nas áreas que pegam morros, oferecendo um zoneamento e coisa e tal. Mas é permitido condomínio em toda área branca ali, a Zona Rural não pega nascente, a Zona Rural não pega Mata Atlântica e nem mata de restinga. A Zona Rural pegou somente a parte que é de uso agrícola. Como vamos falar em agroecologia, se as nascentes estão fora desse limite. Inclusive, sobre a importância dessa Zona Rural, se tem uma transição agroecológica. Ninguém aqui está dizendo que quem planta com veneno vai ter que parar de plantar, mas quem planta com veneno... Existe um trabalho de geografia de uma pessoa amiga nossa. Ela fez um trabalho de mestrado e conseguiu provar, por entrevista, que quem planta agroecológico quer se manter na propriedade. Quem planta agroecológico está preocupado com o fim da Zona Rural de Porto Alegre. Quem planta agroecológico recebe turista, quem planta agroecológico vem diretamente para um valor agregado muito maior. Quem planta convencional chega na Ceasa e quem bota preço é a Ceasa, sabe que está se envenenando. Temos amigos próximos lá que morreram de câncer. Uma das poucas produtoras que produzem com veneno lá nos Caminhos Rurais faleceu de câncer! Sabemos o nível de suicídio que existe em Maquiné e Santa Cruz do Sul, que são locais que têm muito agrotóxicos. A merenda escolar prioriza a compra de

alimentos agroecológicos. Temos um projeto de lei do Ver. Marcelo Sgarbossa que também... Então, não tem como o Cinturão Verde não ser agroecológico. É uma transição? É. Temos o trabalho do Luiz, da Rama, que foi identificada como modelo para o Brasil a organização de certificação participativa. Uma certificação que ninguém paga nada por ela, é uma autocertificação reconhecida pelo Ministério Federal de autocertificação. Os produtores se autocertificam, são capacitados e conseguem vender em feiras esse alimento orgânico tão consolidado quanto uma certificação paga.

Então, acho que é isso, a discussão vai continuar, somos a favor da limitação na Zona Rural. A nossa única preocupação é com relação à Estrada das Querinas. Vamos escolher, aqui, se queremos um cinturão, no entorno do Morro São Pedro, de produção primária, como está na Estrada da Taquara; a Estrada das Quirinas foi ignorada na Zona Rural; veio um vizinho nosso perguntar: "E as Quirinas? Quando é que nós vamos fazer?". Ou a gente vai querer um cinturão de produção em volta dos morros ou vai ser um cinturão de condomínios em volta dos morros.

Ninguém falou aqui que a gente tem três etnias indígenas que dependem dessa circulação nas áreas de mata das propriedades. E, se isso virar condomínio, eles nunca mais vão circular nessas áreas. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Felipe. Peço que não ultrapassem os cinco minutos para que todas as pessoas inscritas possam falar. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Ver. Delegado Cleiton, na presidência dos trabalhos; quero cumprimentar o Secretário Cristiano Tatsch, o Secretário Dr. Goulart, da SMIC; a todos os senhores e a todas as senhoras e os Vereadores que aqui ainda estão. Primeiro, eu quero dizer a todos que sou favorável e vou fazer o que for possível para mantermos a área rural e a incrementar. Até porque, eu ainda não consegui sair da colônia! (Palmas.) Nós precisamos observar e ter um pouquinho de paciência. Não esperem brevidade, como disse alguém, nós até entendemos a necessidade, para este ano. É muito difícil. Aqui nós vamos ter, e não adianta quereremos gerar essa expectativa, aqui nós vamos ter discussões de parlamentares que vão trazer as discussões do passado, daquele Governo, do outro Governo, e tal. Então, isso não é tão simples assim;

nós não podemos esconder isso, que vai fatalmente acontecer. E eu fico a imaginar que, se depender de mim, precisaremos ouvir os governos do passado, porque eles têm o motivo que os levou a implementar essas mudanças, até para entender melhor. Por outro lado, eu tenho certeza absoluta de que a maioria dos Vereadores não conhece 50% da Zona Sul. A última vez que eu viajei pela Zona Sul, até porque tem muito Vereador por metro quadrado na Zona Sul, eu lembro perfeitamente que estava acompanhado do Ver. Ervino Besson – o saudoso Ervino Besson –, que era, com certeza, amigo de muitos dos senhores e das senhoras aqui. E eu fui criado no Interior, e eu não sabia, gente, que existia, suco do picão – quem está nos ouvindo e não conhece, picão é um inço danado que tem na minha horta – tenho horta em casa. Então, tem tanta coisa interessante. Eu fico muitas vezes preocupado, porque se nós imaginarmos que a Zona Sul de Porto Alegre poderia ser explorada de forma bem abrangente nas questões de turismo, mas também o turismo educativo. Os nossos filhos conhecem o pé de alface porque nós o compramos pronto lá no supermercado. Mas a grande maioria das crianças e dos jovens hoje não conhece os vegetais – isso se perdeu. E eu tenho brincado aqui, porque eu tenho um projeto que tramita nesta Casa que quer instituir o memorial ao chimarrão. Por favor, é uma brincadeira que eu faço, não levem por ofensa. Eu digo que eu quero ter ali uma cuia gigante, uma bomba, uma chaleira gigante e algo que fale da erva-mate, da *Ilex paraguariensis*, das suas origens, daquilo que é feito da erva-mate hoje. Aí eu faço uma brincadeira, que 95% do povo não conhece um pé de erva-mate, mas 95% conhece o pé da maconha. Sabem por quê? Porque toda semana tem a fotografia de um pé de maconha bem bonito, e quando há prisão, quando a polícia prende, ainda botam até o valor. Eu não sei de onde eles tiram esse orçamento, não sei como é isso. E nós esquecemos de falar da nossa erva-mate. Aqui, uma Vereadora, há pouco tempo, nas melhores das intenções – e eu não vou citar porque não lembro do nome, ela é suplente –, e, quando assumiu, criou um projeto sugerindo a semana da hortaliça ou semana da horta, alguma coisa nesse sentido, que nós votamos favoravelmente porque é um incentivo a isso. Eu vim a esta tribuna e falei que a discussão foi para outro lado, e a gente se perde às vezes. E eu estava falando das plantações de sagu, qual o melhor período para plantar sagu e tal. E, por incrível que pareça, muitos estavam sérios acompanhando a minha discussão, imaginando como seria um pé de sagu. Então, nós vamos precisar de uma grande parceria com os senhores e com as senhoras que são

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

produtores para levar os Vereadores para conhecer o local lá. Nós não podemos aqui nos basear em mapas, em plantas, em filmes. Por isso que vai demorar um pouco, nós precisamos conhecer a área, meus prezados Secretários. Nós precisamos fazer algumas excursões para entender melhor, porque senão acontecerá o seguinte, aquele que aqui melhor fizer o discurso vai levar o voto, e aí vai acontecer injustiça. Há uma proposta da Ver.^a Sofia já de muito tempo para fazermos algumas sessões aqui à noite. Quem sabe fazermos sessões em outros horários para proporcionar aos nossos produtores o acompanhamento do nosso trabalho aqui? Nós não podemos... Respeito os demais parlamentares, mas me parece que essa é uma decisão compartilhada para os senhores que produzem e para aqueles teóricos que, muitas vezes, são extremistas, para encontrarmos um ponto de equilíbrio, senão vai acontecer como os nossos planos diretores: discutimos, discutimos, fecha o ano e fica para o ano seguinte. Contem com o meu apoio. Parabéns aos Srs. Secretários por terem trabalhado até aqui nesse projeto que está sendo apresentado. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Vereador. O Sr. Demétrio Luis Guadagnin, professor da UFRGS, está com a palavra.

O SR. DEMÉTRIO LUIS GUADAGNIN: Boa noite a todos; peço licença para ler o que eu escrevi para dar objetividade. A essa altura, provavelmente, eu irei reforçar algumas das falas feitas aqui, mas, de qualquer forma, eu acho que esse reforço é importante. Em primeiro lugar, eu sou morador da Cidade Baixa; 80% pelo menos dos alimentos que a minha família consome são comprados na feira agroecológica da Av. José Bonifácio. Então, eu não moro na Zona Sul, mas eu tenho vínculo direto com ela – conheço a propriedade de vários dos produtores que me abastecem. Eu venho me manifestar aqui favoravelmente à demarcação em Porto Alegre de uma Zona Rural, de ocupação rarefeita, de produção primária – ou o nome que for mais conveniente -, e na defesa da produção primária e dos outros usos tradicionais que caracterizam a Zona Sul de Porto Alegre, assim como do seu patrimônio ambiental e do seu patrimônio cultural – todos eles já mencionados aqui. Mas, por outro lado, eu sou contrário ao polígono que foi definido, e, além disso, eu entendo que esse polígono, embora resolva, sim, alguns problemas importantes, ele, ao mesmo tempo, expõe a Zona Sul a alguns riscos que, mais à frente,

trarão de volta os mesmos problemas que a gente quer evitar agora, talvez agravados. O Secretário da SMIC e vários outros que se manifestaram aqui já demonstraram, com muita clareza, o patrimônio ambiental, cultural, econômico, que merece ser conservado na Zona Sul de Porto Alegre, conservado para que continue prestando serviços públicos que hoje prestam à cidade de Porto Alegre, todos eles muito bem diagnosticados. Por outro lado, o polígono que foi definido não garante que esse patrimônio persista, evolua e continue prestando esses serviços. Isso porque parte desse patrimônio, parte desses serviços e a própria atividade primária, dependem de áreas que não foram incluídas no polígono, em particular, os campos, as florestas, os morros, as nascentes, os corredores ecológicos, a orla do Guaíba – todos eles já mencionados aqui. Eles fazem parte desse patrimônio e ficam, na forma atual, expostos à especulação imobiliária e à ocupação desordenada. Essas áreas são públicas e nobres, públicas não no sentido da posse, mas no sentido de que elas prestam serviços públicos à Cidade. São áreas que se relacionam diretamente com todos os usos que já mencionaram aqui e que a gente quer manter. E eles ficarão expostos a uma privatização que é excludente, que já está acontecendo na Zona Sul. Essa privatização dos espaços excluídos do polígono traz um grande risco de descaracterizar e de inviabilizar a própria Zona Rural, conforme ela foi delimitada. Com o atual polígono, as atividades e os serviços que a gente quer resguardar vão continuar sob ameaça, como aquelas apontadas pelos Vereadores Marcelo Sgarbossa e Valter Nagelstein, e que já ameaçam áreas que antes eram rurais – já foram comentadas aqui diversas. O momento de resolver esse risco e o risco da perda do patrimônio público é agora. Esse processo que, inicialmente, foi colocado como um começo, não é um começo, ele pode ser o fim, pois o processo de ocupação desordenada da Zona Sul de Porto Alegre é muito rápido, rápido demais para que a gente postergue uma solução abrangente e sustentável inclusiva. Apenas uma correção: eu sou habitante do Centro de Porto Alegre, e os habitantes de Porto Alegre, que vivem nas áreas densamente ocupadas, como é o meu caso, não têm a sua resiliência garantida pela Zona Sul, embora ela contribua, sim, de forma importante. Os problemas com enchentes e ilhas de calor do Centro de Porto Alegre não vão ser resolvidos pela Zona Rural da Zona Sul; vão ser resolvidos pelas áreas verdes, pelos espaços públicos, pelos serviços e equipamentos urbanos sustentáveis que vão existir onde cada habitante de Porto Alegre vive, onde eu vivo, e que estão sendo ameaçados pela mesma ocupação desordenada e pela mesma

especulação imobiliária que ameaça a Zona Sul. Então nós estamos todos sujeitos às mesmas ameaças. Nós não vamos ter uma Cidade resiliente e que proporcione o bem-estar comum, que preserve a produção primária e os outros usos tradicionais que existem na Zona Sul se a gente não enfrentar, de forma abrangente, a questão muito bem colocada aqui da especulação imobiliária e da ocupação desordenada. A gente precisa repensar o modelo de Cidade, como já foi comentado por vários participantes desta Audiência Pública. E a forma como esse projeto pretende resolver a questão da produção primária vai resolver parte dos problemas, pelos menos momentaneamente, mas ele apresenta um grande risco de ameaçá-la. E é com isso que a gente precisa ficar atento, porque ele não propõe um modelo sustentável de ocupação da Cidade. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Sr. Demétrio. A Sra. Maria Carmen Sestren Bastos, do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – InGá, está com a palavra.

A SRA. MARIA CARMEN SESTREN BASTOS: Boa noite. Eu venho aqui representando o Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais; gostaria de agradecer às pessoas responsáveis por esse projeto de lei chegar aqui na Câmara de Vereadores, porque, certamente, isso é uma caminhada muito grande e muito longa. Eu recebi, hoje, o texto do projeto de lei, achei que ele é bastante bom, pois prevê inclusive políticas públicas. Se ele for aplicado, vai ser um instrumento muito importante, e vai ficar melhor ainda com as sugestões que foram colocadas aqui por alguns Vereadores. Há algumas questões que devem ser levantadas. Quando se fala de um plano diretor de uma cidade, a primeira divisão de território é a Zona Urbana e a Zona Rural; depois, se pensa num zoneamento interno dessas duas zonas. E o que se fez no Plano Diretor, agora, foi transformar uma zona, que era dentro da Zona Urbana, uma área de proteção primária, em Zona Rural. Então a gente vê claramente no projeto de lei que estão apenas transformando uma área que é recortada, pequena – como já foi colocado aqui -, em Zona Rural. É complicado fazer isso porque eu sei que já existe uma certa ocupação, resultado do uso dessa zona durante esses 15 anos em que não foi rural.

Sugestões minhas, em nome do InGá, para esse projeto de lei é incluir as APANs que estão dentro da Macrozona 8, ou seja, principalmente o Morro São Pedro e o Morro da

Extrema na Zona Rural. Por quê? Quando eu falei para vocês que transformaram, simplesmente, a área de proteção primária em Zona Rural é porque essas APANs são ambientes muito importantes naquela paisagem como um todo. E isso integraria muito mais a paisagem e ficaria um ambiente muito mais inteiro, mais íntegro. Também as APANs da orla, na Ponta do Arado, onde tem uma questão bastante grande agora: está ocorrendo o licenciamento de um empreendimento. Incluir, também, as AEIS III, que foram criadas, ao meu ver, irregularmente na Macrozona 8, que são de uso rarefeito. A AEIS III – Área Especial de Interesse Social – é para ser criada em zonas que já estão ocupadas ou em terrenos baldios – digamos assim – na zona intensiva. E essas AEIS III foram criadas lá na Macrozona 8, que é de uso rarefeito, não é intensivo. Então essas AEIS, sim, algumas estão no Morro São Pedro, que é uma área a ser protegida, área prioritária para conservação ambiental, está para ser ocupada intensivamente. E outras coisas que já foram colocadas aqui, uma das mais importantes foi incluir um dispositivo para que os produtores que estejam na Zona Urbana continuem com seus benefícios de produtores. Isso foi uma coisa levantada que achei importante. Agradeço pelo meu tempo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Sra. Maria Carmen Bastos. O Sr. Alfredo Gui Ferreira, da Agapan, está com a palavra.

O SR. ALFREDO GUI FERREIRA: Boa noite, Sr. Presidente, Sr. Secretário, demais Vereadores e plateia que ainda resiste a essa hora a esta discussão. Eu acho que várias coisas importantes foram tocadas aqui. E vou começar pela questão de quanto de população deve ter Porto Alegre. Também foi colocado aqui que só cresceu 3%; que bom que isso aconteceu! Um dos maiores males da nossa sociedade, doente pelo dinheiro, pela ganância, pelo desamor, é a superpopulação. Quanto mais população houver, quanto mais o trabalho for explorado, mais haverá concentração de renda nas mãos de poucos. Isso à parte, isso não é o projeto, mas nele perpassa também por aí! Falou-se muito aqui em produção, em área produtiva, e um Vereador apontava para uma mata, dizendo que isso é uma área improdutiva. Ora, quando uma área de preservação ambiental, seja de mata, seja de banhado – há pouco, foi falado que será aterrado –, seja de campo, todas elas são importantes dentro do bioma, inclusive como já foi destacado

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

aqui, como área de amortecimento para haver área de proteção primária. Então, o projeto... Eu queria cumprimentar porque a Agapan tem sido muitas vezes taxada e tem tido embates fortes com a Prefeitura; quero cumprimentá-los porque traz à discussão algo extremamente importante: na verdade ocorre uma falta de planejamento estratégico da nossa Cidade. (Palmas.) Então, ele é muito mais abrangente do que pontuar apenas a área rural, mas isso pode ser o começo; não devem ser excluídas aquelas áreas que não estão naquele local e que sejam de protetores. Todas elas merecem a proteção e o reconhecimento do Poder Público como uma área socialmente importante, tão importante que nos dá o alimento. Casas, edifícios, fábricas, são interessantes, são lugares para as pessoas habitarem, são lugares para as pessoas trabalharem, mas a produção de alimento é fatal, é tão importante como a área de saúde e a área de educação – poucas faladas ou esquecidas neste País. Então, queria pontuar que não adianta aprovamos, embora a especulação imobiliária esteja violentamente ocorrendo nessas áreas, de uma forma muito açodada, sem uma ampla discussão. Acho que, sim, tem que ter uma ampla discussão. Sou favorável à preservação não só das áreas rurais, mas dos corredores ecológicos, das regiões de matas e de campos naturais que perfazem os outros 48% da área que não está intensamente ocupada pela população humana. Que se faça um planejamento para que se possa dispor do espaço urbano; que a Prefeitura fiscalize realmente a ocupação do espaço urbano. O Poder Público... Não vou colocar tudo nas costas só das Prefeituras, os Vereadores são importantes porque fiscalizam o que o Poder Executivo faz ou não. Então, para que todas essas questões sejam devidamente pesadas, que nós possamos fazer realmente uma Cidade melhor, seja para turismo, seja para vivermos. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Sr. Alfredo. O Sr. Cristiano Tatsch, Secretário de Urbanismo, está com a palavra para as considerações finais.

O SR. CRISTIANO TATSCH: Senhoras e senhores, não vou levar mais do que dois minutos, apenas fazer algumas considerações importantes. Nós estamos propondo aqui a volta da Zona Rural. Isso é um projeto específico que visa a dar força para que a atividade econômica Da Zona Rural da Cidade possa se fortalecer. Este não é um projeto que tenha a abrangência de preservação de ambiente natural; ele não tem, infelizmente, essa

dimensão – infelizmente, porque também somos favoráveis ao controle de AEIS 3 nessas áreas; nós também somos favoráveis à preservação de alguns instrumentos e elementos fundamentais do meio urbano da área Sul, mas não é este o intuito deste projeto. Este projeto visa a poder fortalecer a atividade econômica do setor primário e, com isso, dar condições para que economicamente essas atividades façam frente à ocupação imobiliária justamente dessa área. Uma questão que é importante ressaltar é que a criação da Zona Rural contempla também atividades de meio rural que existem fora dessa zona determinada. Então, nós temos, por exemplo, atividade primária na Zona Norte da Cidade, nós temos atividade primária na Zona Leste da Cidade, muito bem mapeada e caracterizada. Essas atividades também ficam, de alguma maneira, sob o guarda-chuva de proteção da criação da Zona Rural de Porto Alegre. Daí a importância jurídica da criação da volta da Zona Rural de Porto Alegre, porque nós estaremos, com isso, criando um guarda-chuva capaz de dar proteção a toda atividade primária em Porto Alegre. Mais uma vez: estamos no começo de uma caminhada, estamos fortalecendo economicamente essa atividade, mas, sem dúvida, depende de vocês a perspectiva de nós termos uma possibilidade de discutir ainda melhor a ocupação do solo do Município. Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Vereadores; muito obrigado a todos vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Secretário. O Sr. Humberto Goulart, Secretário Municipal de Produção, Indústria e Comércio, está com a palavra para suas considerações finais.

O SR. HUMBERTO GOULART: Queria agradecer principalmente às pessoas que ficaram até este final, valeu a pena. Quero agradecer a presença do Ver. Cassio Trogildo, Líder do meu partido nesta Casa; do Ver. Comassetto, da Ver.^a Sofia Cavedon e do nosso querido Ver. Bernardino. Queria dar um abraço muito apertado nas pessoas que me mostraram a importância disso tudo: o Cléber Vieira, meu querido presidente do Sindicato Rural; a Rosane de Marco, a nossa musa da ecologia, da produção primária; o Bertaco, que é o meu computador ambulante e sabe todos os números de cor e nos mostra, cada vez mais, o encanto disso tudo. Queria agradecer à minha equipe que está aqui desde cedo, trabalhando o tempo todo para que se eu precisasse em algum tempo. Queria dizer para vocês, “tão triste que viemo e tão alegre que vortemo” – na língua bonita do povo,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 10DEZ2014
Pauta: Debater o PLCE nº 007/14.

como dizia Manoel Bandeira -, porque eu passei uma missiva para esta Casa, pedindo para que os Vereadores me mandassem a sua posição, que mandasse possíveis construções que deveriam ser feitas nesse belo projeto, que não é ambicioso, mas atinge os objetivos, um belo trabalho mandado fazer por Sebastião Melo e pelo nosso grande Fortunati, nas mãos da direção do nosso querido Cristiano. Por que fiquei alegre? Por que “vortemo” alegre? Porque os Vereadores demonstraram pontos de interrogação, contribuíram, mas não são contra. Eu imaginava que pudessem ser contra. Foi um pecadilho que cometi, achando que os Vereadores não estavam envolvidos com isso; peço desculpas. Agora, vejo que vamos fazer a Zona Rural acontecer. Queria saudar aqui, veementemente, o discurso daquele menino chamado Felipe, porque, além de ser um bom tribuno, conhece a matéria e tem propostas boas. Já temos aqui discursos na Casa para que vocês, Vereadores, possam fazer emendas baseadas no que aprendemos e no que ouvimos aqui das pessoas que se manifestaram. Meus queridos, agradeço muito a presença de vocês. Precisamos ficar em vigília até o dia da votação. Imagino que vamos passar esse projeto nesta Casa. Vida eterna para a área rural de Porto Alegre. Um beijo a todos. (Palmas.)

I

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Senhores, eu gostaria de informar que toda esta Audiência Pública foi registrada pelas nossas taquígrafas, será disponibilizada aos Vereadores e a quem solicitar aqui na Câmara, também através do *site* da Câmara. Agradeço a todos, e parabéns a todos nós por este exercício de democracia, construído nesta noite. Boa noite a todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente Audiência Pública.

(Encerra-se a Audiência Pública às 22h03min.)